



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

WIRNAIDE MARIA ROLIM ESPEGO

RELAÇÃO DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS:
A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES,
SANTA HELENA-PB

CAJAZEIRAS-PB

2017

WIRNAIDE MARIA ROLIM ESPEGO

**RELAÇÃO DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS:
A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES,
SANTA HELENA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em Geografia pela Universidade
Federal de Campina Grande – UFCG.

Orientador: Dr. Josias de Castro Galvão.

CAJAZEIRAS-PB

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

E773r Espego, Wirnaide Maria Rolim.

Relação de gênero e construção do território camponês: a organização das mulheres no assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB / Wirnaide Maria Rolim Espego. - Cajazeiras, 2017.

92f.: il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão.

Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2017.

1. Assentamento - reforma agrária. 2. Mulheres - conquistas. 3. Relação de gênero. 4. Território camponês. I. Galvão, Josias de Castro. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

WIRNAIDE MARIA ROLIM ESPEGO

RELAÇÃO DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS:
A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES,
SANTA HELENA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em Geografia pela Universidade
Federal de Campina Grande – UFCG.

Cajazeiras, 18 de setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão – Orientador

Profa. Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lourenzo – Examinadora

Prof. Dr. Francisco Roselândio Botão Nogueira - Examinador Externo

Aprovado em: 18 / 09 / 2017.

Nota: 10,00

Dedico este trabalho ao meu filho, Marcos Vinícius, motivo maior da realização deste sonho; a minha mãe, Maria Senhora e ao meu pai, Vicente Rolim, os quais sempre me apoiaram. Dedico ainda, a todas as mulheres do Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena-PB; às quais expresso minha admiração e o meu respeito. Através da colaboração de cada mulher e do acolhimento caloroso, essa pesquisa foi realizada, aumentando meus conhecimentos e a forma de ver outras realidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ser supremo que guia meus caminhos e que me orienta em todos os momentos da minha vida. Ao Menino Deus, que é meu porto seguro em todas as minhas decisões, que está sempre a me proteger, amparando-me e me dando sabedoria para seguir em frente.

Ao meu filho, Marcos Vinícius Rolim Espego, pelo carinho, compreensão e acima de tudo; pelo companheirismo que sempre tem comigo. O meu filho é o meu bem mais precioso, meu maior amor.

Agradeço eternamente a minha mãe, Maria Senhora Rolim, a quem devo todo meu respeito e amor. Ela é meu exemplo de mulher. Minha mãe me ensinou os valores necessários para a vida, primou pela minha educação e sempre esteve presente, apoiando-me nos momentos de vitória e difíceis da caminhada.

Ao meu pai, Vicente Gomes Rolim, que me apoiou nessa trajetória, sem medir esforço para a minha vitória. O meu pai é o exemplo de homem do campo, que sempre me fez respeitar as minhas raízes.

Aos meus irmãos, Wilson, Wirlandes e Wilcivaldo; símbolo de união para mim. Com meus irmãos, aprendi a acreditar na minha capacidade de vencer. São meus eternos apoiadores.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, nos quais tenho muito carinho, pois são os meus tesouros, sempre me ajudando cada um ao seu modo. Agradeço ao sobrinho mais velho, Fagner, pelo apoio amigo e aos mais novos pelo carinho nas horas em que esse trabalho se tornava complicado. A inteligência de cada um me inspira.

Sou imensamente grata a toda a minha família, em especial aos que moram no Assentamento Padre Cleides; tia Mariana e tio Vicente; tio Antônio e tia Vilian; meus primos Ailton e Geneide; João e Andreia que sempre acreditaram no meu potencial, colaboraram e me receberam muito bem em suas residências, durante meu período de pesquisa.

Deixo minha sincera gratidão aos meus amigos e colegas de trabalho, que torcem por mim e estiveram sempre perto durante a construção desse sonho. Nos momentos de dificuldade e desespero, quando em muitas vezes deixei de acreditar em mim mesma, todos me deram força e me fizeram seguir.

Agradeço a Deocindo, meu grande amigo e companheiro durante a pesquisa. Essa pessoa foi importante nessa minha jornada, por isso agradeço pela ajuda de sempre e disposição em estar perto quando mais preciso.

Ao meu orientador, Josias de Castro Galvão, pois me orgulho de tê-lo comigo nessa pesquisa. Cada ensinamento contribuiu profundamente para o meu crescimento pessoal e intelectual. Tenho uma profunda admiração, por ser um exemplo de sabedoria.

Transmito minha gratidão aos meus amigos da graduação, que durante os últimos cinco anos foram uma família. Sou grata especialmente a Aucimar e Danilo, amigos que ficaram no meio do percurso. Contudo, sempre estiveram presentes. Agradeço nesse momento, a Luís Pereira Dutra (in memória), uma pessoa linda que se foi de forma premeditada, mas, deixou lembranças eternas. Sou grata a Naiane, Sara, Luiz e todos os demais; nos quais vivenciei momentos únicos, especiais, cheios de muitas alegrias. Assim como, muitas dificuldades que sempre vencemos unidos. Levo cada um com muito carinho, da universidade pra a vida.

Deixo minha gratidão aos meus professores da graduação, que foram muitos e cada um contribuiu com o meu desenvolvimento intelectual, abrindo-me os olhos para as vivências a meu entorno, as transformações da sociedade e a dinâmica da Terra. Aprendi a amar a Geografia por meio de cada professor.

Aos professores da Banca Examinadora, a Profa. Dra. Iveralda Dantas Nobrega Di Lourenzo e o Prof. Dr. Francisco Roselândio Botão Nogueira, por concordarem em fazer parte desse momento especial, orientando-me e apontando novos caminhos.

Por fim, agradeço a todos os camponeses do Assentamento Padre Cleides, localizado em Santa Helena-PB, que de forma direta ou indireta, apoiaram e contribuíram com minha pesquisa.

RESUMO

Os Assentamentos de Reforma Agrária vêm sendo objeto de estudo em várias áreas científicas. Vê-se, que a temática sobre os territórios camponeses em que as relações de gêneros são consideradas, principalmente no Sertão Paraibano, ganham um tom especial por sua originalidade. Observa-se, que nos últimos 20 anos ocorreram o maior número de Projetos de Assentamentos (PAs), caracterizados como de fundamental importância para a Reforma Agrária, no Brasil. Assim, a pesquisa apresenta uma discussão do ponto de vista teórico-metodológico, abordando questionamentos que o processo de assentamento rural traz à tona, tendo como temática de estudo a “Relação de Gênero e Construção do Território Camponês: A Organização das Mulheres no Assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB”. Com isso, o objetivo principal da pesquisa é conhecer a formação de gênero e a participação das mulheres na organização do território camponês no Projeto de Assentamento (PA) Padre Cleides, no município de Santa Helena, PB. Região geográfica intermediária Sousa- Cajazeiras. Assim, a presente pesquisa compreende o território, como categoria geográfica de análise, tendo em vista o papel da mulher na luta pelo território camponês. E com isso, o método dialético contribui na reflexão teórica e empírica, ou seja, no pensar das dinâmicas e as contradições do território, objeto desse estudo geográfico. Na Geografia, a escolha dos métodos e metodologias contribui para uma maior clareza nos dados obtidos na pesquisa. Dessa maneira, a mesma se caracteriza numa pesquisa exploratória, de campo, documental, bibliográfica. Utilizou-se de distintas abordagens metodológicas de pesquisa qualitativa e quantitativa. Durante a obtenção de informações foram utilizados procedimentos como fotografias e gravações que relatam e comprovam as falas dos sujeitos da pesquisa. Para esta pesquisa, utilizou-se técnicas de entrevistas semiestruturada, seguindo-se do tratamento das informações as quais originou os mapas, os gráficos e as tabelas através da planilha eletrônica do Microsoft Office Excel 2003. A população da pesquisa diz respeito a 18 mulheres acima de 21 anos e a amostra é composta por 10 mulheres que se dispuseram a participar da pesquisa, a partir dos termos apresentados pelo Comitê de Ética e Pesquisa - CEP. Observou-se, que na luta pela terra, os trabalhos são coletivos desempenhados por toda a família, o que comprova a participação efetiva da mulher nessa conquista. Confirma-se, o pressuposto da relevância da mulher camponesa na construção e na consolidação do território camponês. Portanto, conclui-se que é preciso que se formem mulheres cada vez mais preocupadas no reconhecimento da busca por direitos iguais, por formação política, social, cultural a até científica. Ou seja, mulheres que desenvolvam habilidades para pesquisar, observar, entender, questionar e analisar suas realidades sociais. Assim, considera-se que para desenvolver o seu protagonismo, as mulheres precisam ser apoiadas por políticas públicas de igualdade que favoreçam os trabalhos conjuntos, que não se inferiorize nas conquistas já alcançadas.

Palavras-chave: Relação de gênero; Território camponês; Assentamento; Reforma agrária.

ABSTRACT

Agrarian Reform Settlements have been studied in several scientific areas. It is seen that the thematic about the peasant territories in which the relations of gender are considered, mainly in the "Sertão Paraibano" (hinterlands of Paraíba), gain a special tone by its originality. It is observed that, in the last 20 years, there has been the largest number of Settlement Projects (PAs) which have been characterized as of fundamental importance for the Agrarian Reform, in Brazil. Thus, the research presents a discussion from the theoretical-methodological point of view, addressing questions that the rural settlement process brings up, having as a study theme the "Gender Relations and Construction of the Peasant Territory: The Organization of Women in the Settlement Padre Cleides, Santa Helena - PB". Therefore, the main objective of the research is to know the gender formation and the participation of women in the organization of the peasant territory in the Project of Settlement (PA) Padre Cleides, in the city of Santa Helena - PB. Intermediate geographic region Sousa- Cajazeiras. Thus, the present research includes the territory, as a geographic category of analysis, considering the role of women in the struggle for the peasant territory. That way, the dialectical method contributes to the theoretical and empirical reflection, and thus, to the thinking of the dynamics and the contradictions of the territory, object of this geographic study. In Geography, the choice of methods and methodologies contributes to a greater clarity in the data collected in the research. So, it is characterized as an exploratory, documentary, bibliographic, field research. Hence, the present study used different qualitative and quantitative methodological approaches. During the collection of information, it was used procedures such as photographs and recordings that report and prove the speeches of the research subjects. For this research, it was used semi-structured interviewing techniques for data collection, followed by the treatment of the information that originated the maps, graphics and tables through the electronic spreadsheet of the Microsoft Office Excel 2003. The research population concerns 18 women over 21 years old and the sample is composed of 10 women who were willing to participate in the research, based on the terms presented by the *Comité de Ética e Pesquisa* (CEP). It was observed that in the struggle for land, the work is collective, performed by the whole family, which proves the effective participation of women in this conquest. It is confirmed the assumption of the relevance of peasant women in the construction and consolidation of peasant territory. Therefore, it is concluded that it is necessary to form women who are increasingly concerned about the recognition of the search for equal rights, for political, social, cultural and even scientific formation. In other words, women who develop skills to research, observe, understand, question and analyze their social realities. Thus, it is considered that in order to develop their protagonism, women need to be supported by public policies on equality that favor joint work that does not detract from the achievements already achieved.

Key words: Gender relations; Peasant territory; Settlement; Agrarian reform.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro.
ASPA – Associação dos Apicultores do Alto Sertão Paraibano.
BNB – Banco do Nordeste Brasileiro.
CAAASP – Central das Associações do Assentamento do Alto Sertão Paraibano.
CE – Ceará.
CEB's. – Comunidades Eclesiais de Base.
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa.
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.
CPT – Comissão Pastoral da Terra.
ha – hectares.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.
IDH – Índice de desenvolvimento Humano.
IFBDS – Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social.
IFPB – Instituto Federal da Paraíba.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.
Km² – Quilômetro quadrado.
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra.
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
NAESP – Núcleo de Estudos da Agricultura Agroecologia do Alto Sertão Paraibano.
PAs – Projetos de Assentamentos.
PB – Paraíba.
PBF – Programa Bolsa Família.
PCB – Partido Comunista Brasileiro.
PRONAF – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar.
PVC – Policloreto de polivinila.
RECID – Rede de Educação Cidadã.
SJRP – São João do Rio do Peixe.
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.
TCLE – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMG – Universidade Federal de Campina Grande.
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.
UNAGEO – Unidade Acadêmica de Geografia.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Barraca coletiva no Acampamento Estrela em 2008.....	38
Imagens 02 e 03 – Crianças na porteira da Fazenda Saco, local das barracas coletivas e momento de oração comunitária.....	39
Imagem 04 – Posse da Terra.....	43
Imagem 05 – Planejamento de trabalho.....	43
Imagens 06 e 07 – Primeiras plantações no Assentamento Padre Cleides.....	44
Imagem 08 – Reunião com um grupo de alemães, intercâmbio através do Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS).....	45
Imagens 09 e 10 – Grupos de Alemães que fazem intercâmbio através do Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS).....	45
Imagem 11 – Construção da vila com 16 residências, em mutirão.....	46
Imagens 12 e 13 – Fruteiras: abacaxizeiro e mamoeiro.....	49
Imagens 14 e 15 – Hortas em quintais e às margens de açudes.....	50
Imagens 16 e 17 – Plantas medicinais: Capim-santo e Agrião.....	50
Imagem 18 – Visita local da agrovila no Assentamento Padre Cleides, 2017.....	52
Imagens 19, 20 e 21 – Croquis criados pelos camponeses com o apoio da RECID.....	54
Imagem 22 – Criação de galinha.....	56
Imagem 23 – Criação de caprinos.....	56
Imagens 24, 25 e 26 – Mulheres em ambiente de trabalho.....	57
Imagens 27 e 28 – Quintais produtivos.....	59
Imagens 29, 30 e 31 – Projetos Bioágua.....	60
Imagens 32 e 33 – Projeto Farmácia Viva.....	60
Imagens 34, 35 e 36 – Projeto Biodigestor.....	61
Imagens 37 e 38 – Benção da casa nova e celebração eucarística no assentamento.....	68
Imagem 39 – Reunião da associação local.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de localização da cidade de Santa Helena-PB.....	19
Figura 02 – Mapa de localização do Assentamento Padre Cleides na cidade de Santa Helena-PB.....	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Relação de gênero no Assentamento Padre Cleides.....	53
Gráfico 02 – Faixa etária das mulheres entrevistadas.....	63
Gráfico 03 – Estado civil das mulheres entrevistadas.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Grau de escolaridade das mulheres entrevistadas.....	65
Tabela 02 – Experiências anteriores em assentamentos.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Participação das mulheres na conquista da terra, durante a fase de acampamento.....	40
Quadro 02 – Conquistas/projetos, entidades de apoio e ano de realização.....	55
Quadro 03 – Memórias das mulheres acerca da luta por um lugar para viver e a chegada em um novo modo de vida.....	65-66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. RELAÇÕES DE GÊNERO E PROCESSOS HISTÓRICOS DE CONQUISTA TERRITORIAL.....	27
1.1 Evolução das Lutas Camponesas e Reforma Agrária no Brasil e na Paraíba.....	29
1.2 As Relações de Gênero na Construção do Território Camponês.....	34
1.3 Mulheres e a Formação do Acampamento na Fazenda Saco, Santa Helena-PB..	36
1.4 Protagonismo Feminino na Consolidação do Assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB.....	41
2. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVA DO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES EM SANTA HELENA-PB.....	48
2.1 O Assentamento Padre Cleides na atualidade.....	51
2.2 Indicadores Econômicos e Desenvolvimento Sócio Territorial.....	56
2.3 As Experiências Produtivas e as Boas Práticas.....	58
3. A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES, SANTA HELENA-PB.....	63
3.1 Espaço e Vida Cultural no Assentamento.....	67
3.2 As Mulheres e as Representações Políticas no Assentamento.....	70
3.3 A família Camponesas no Assentamento.....	73
CONSIDERAÇÕES	76
REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICES.....	84
ANEXOS.....	91

INTRODUÇÃO

Ao investigar possibilidades de pesquisa, vê-se que as relações de gênero fazem parte de processos sociais e são fundamentadas em ideias e valores que ao longo da história foram sendo pré-definidos de forma desigual. Assim, atribuem-se “papeis” diferentes e hierarquizados entre o masculino e feminino. Com isso, percebe-se que as mulheres apresentam uma invisibilidade no processo de produção espacial.

Dessa maneira, cabe também a geografia incluir os estudos das relações de gênero na construção do território, no que diz respeito à compreensão dos diferentes conflitos existentes na produção do espaço, assim como, não pode considerar apenas a relação homem e natureza / sociedade e espaço.

O território camponês, produto de lutas sociais, para a construção de um espaço de reprodução da vida no campo, é definido também com a participação de mulheres as quais o fazem de forma efetiva na luta de classes e na formação do espaço, a partir da produção e reprodução social. As relações de gênero representam um desafio nos estudos e pesquisas científicas, bem como na vida cotidiana, na cidade e no campo.

Dessa forma, neste estudo, parte-se do pressuposto que ao analisar determinado fato através da pesquisa, é possível revelar oportunidades de conhecimentos que podem explicar as desigualdades criadas culturalmente ao longo da história sobre as relações de gênero. Estando o espaço em movimento constante e se transformando a cada dia, traz consigo mudanças na forma de agir e pensar dos seres, em cada território.

Nessa perspectiva parte-se do desejo incessante de compreender os Assentamentos¹ de Reforma Agrária que, por sua vez, vêm sendo objeto de estudo em vários campos de pesquisa. Vê-se, que nos últimos 20 anos ocorreram o maior número de Projetos de Assentamentos (PA), que são fundamentais para a Reforma Agrária, no Brasil.

Esta pesquisa apresenta uma discussão, do ponto de vista teórico-metodológico geográfico, que aborda a construção do território camponês no Assentamento com a participação das mulheres. Assim, a temática de estudo é a “Relação de Gênero e Construção do Território Camponês: A Organização das Mulheres no Assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB”.

¹Entende-se, que os assentamentos de reforma agrária são espaços de conquista e reprodução da vida camponesa e produto de lutas de classes, sendo, desse modo, um território camponês. (OLIVEIRA - 1988, FERNANDES - 2008, MARTINS - 1981).

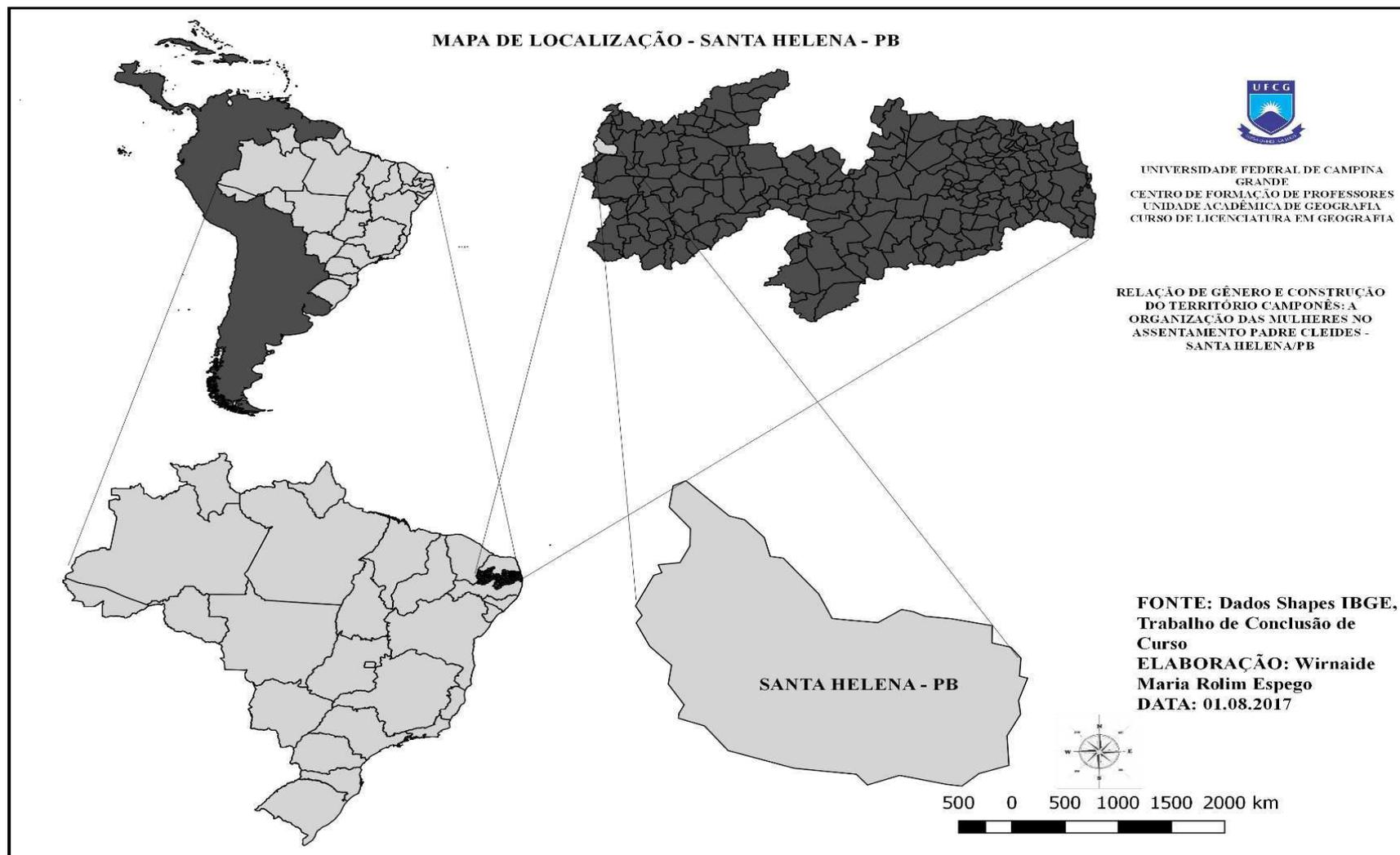
O anseio por estudar essa temática surgiu a partir de estudos nas disciplinas de Geografia Agrária, Geografia Regional e Prática em Geografia Humana, nos quais os contatos com os Assentamentos de Reforma Agrária foram intensificados, sobretudo com a iniciativa de professores na realização de estudos do meio e aulas de campo. Através das aulas e estudos de campo, foi possível conhecer a vida dos assentados um pouco mais de perto.

Ao surgir leituras sobre gênero e, a partir das visitas às áreas de acampamentos e de assentamentos, surgiram algumas inquietações em relação ao papel das mulheres, na luta pela posse da terra, na participação política, cultural, social, como também na organização produtiva. De modo específico, houve relevância ao Assentamento Padres Cleides, localizado na cidade de Santa Helena-PB; tornando-se recorte espacial dessa pesquisa, por observar que não existem pesquisas científicas nesse assentamento, principalmente sobre a relação de gênero em territórios camponeses.

Passando a conhecer um pouco das pessoas que vivem no assentamento Padre Cleides, sentiu-se a necessidade de descobrir mais. Pesquisar como as mulheres são vistas, do ponto de vista do protagonismo social e cultural, como contribuem de forma efetiva na construção e consolidação do Território Campones.

O município de Santa Helena foi constituído cidade pela lei estadual nº 2616 de 12-12-1961. A cidade está localizada no Alto Sertão da Paraíba, a 518 quilômetros da capital João Pessoa, com área territorial de 210,322 km². Limita-se ao Norte com o município de Triunfo-PB, ao Sul com os municípios de Bom Jesus-PB e Cajazeiras-PB, a Leste com o município de São João do Rio do Peixe-PB e, a Oeste com os municípios de Baixo-CE e Umarí - CE. (SANTA HELENA, 2016). Com isso, a (FIG. 01) mostra o mapa de localização da cidade de Santa Helena-PB.

Figura 01 – Mapa de localização da cidade de Santa Helena-PB.



Fonte: Rolim (2017).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população de Santa Helena é de 5.369 habitantes, de modo que 2.667 são residentes da área rural e 2.702 residem na área urbana. Com isso, há um total de 2.626 homens e 2.743 mulheres, tendo densidade demográfica de 25,53 hab./km² e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,609.

A economia da cidade baseia-se na agricultura e na pecuária de subsistência, nos empregos públicos (Prefeitura, Estado) e no comércio local. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), Santa Helena apresentou um crescimento da renda per capita média de 134,51% nos últimos 20 anos, chegando a R\$ 277,52 por pessoa em 2010.

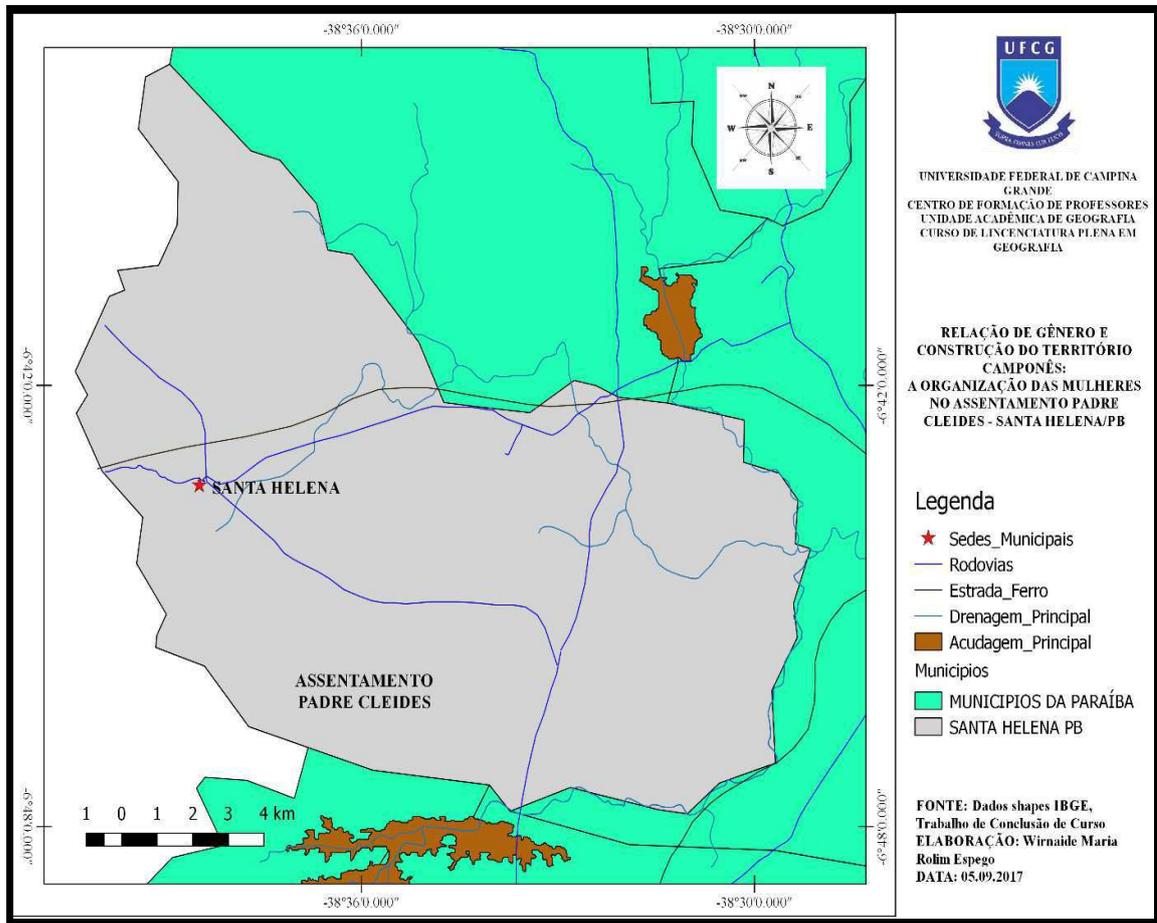
A vegetação da cidade em estudo é caracterizada por árvores pequenas e cactáceas, característica do bioma Caatinga. Pertence a “Planície Sertaneja” e seu relevo apresenta Pediplanos arrasados. De acordo com a CPRM (2005, p. 03) “Os solos são resultantes da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo Podizólico Vermelho-Amarelo de composição arenoargilosa, tendo-se localmente latossolos e porções restritas de solos de aluvião”.

O clima da cidade, mediante a classificação de Koppen, é do tipo BSh (semiárido, quente e seco), com temperaturas entre 23° e 30°. Essas características colocam Santa Helena no chamado “Polígono das Secas”, apresentando duas estações definidas: verão (seco) e inverno (chuvoso) com regime pluviométrico baixo e com variações. (CPRM, 2005).

Ao tratar-se do aspecto hidrológico, vê-se a bacia hidrográfica do Rio Piranhas e a sub-bacia do Rio do Peixe que apresenta maior destaque. Com isso, ainda há riachos como Cacaré, Jurema e vários açudes para acúmulo de água, como o açude chamado Lagoa do Caboclo. (CPRM, 2005).

A pesquisa realizou-se no Assentamento Padre Cleides (FIG. 02), localizado na cidade de Santa Helena – PB e desenvolveu-se no período de junho de 2016 a dezembro de 2017. O assentamento foi criado em 15 de setembro de 2010, através da desapropriação da Fazenda Saco, que apresenta aproximadamente 1.030ha de área. A fazenda pertencia ao latifundiário, proprietário Romualdo Rolim, mas, foi declarada de interesse social para fins da reforma agrária em decreto do dia 8 de dezembro de 2008.

Figura 02 - Mapa de localização do Assentamento Padre Cleides na cidade de Santa Helena-PB.



Fonte: Rolim (2017).

Para a conquista territorial, foi reunido um grupo de 25 (vinte e cinco) famílias e foram coordenados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Assim, chegaram e ergueram barracas de lona na entrada da Fazenda Saco, permanecendo ali por 01 (um) ano e 09 (nove) meses. Em setembro de 2010, ocorreu a tão esperada posse, com o nome de Assentamento Padre Cleides², tendo em vista que, as famílias passaram a residir em barracões já existentes no local. A partir desse momento, começaram os trabalhos e a organização do novo território camponês. Vários projetos foram desenvolvidos no local, com apoio de organizações como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), da CAASP (Central das Associações do Alto Sertão Paraibano), entre outras entidades ligadas às lutas camponesas.

Hoje, 16 (dezesseis) famílias camponesas e 02 (duas) novas famílias formadas por filhos de camponeses; residem no assentamento. Atualmente, o Assentamento se caracteriza

² Nome dado ao Assentamento, em homenagem ao Padre Domingo Cleides Claudino, residente na cidade de Uiraúna –PB e grande colaborador na luta pela conquista da Terra.

com moradia de alvenaria, abastecimento de água através de poços artesianos, energia elétrica e os moradores estão inseridos em uma associação registrada. A comunidade é composta de 18 (dezoito) residências, 01 (uma) capela em construção, 01 (uma) sede para a associação, 03 (três) açudes, áreas de plantação, áreas de criação de animais e áreas de preservação. Os assentados desenvolvem a agricultura camponesa e familiar com plantações de milho, feijão, frutas e hortaliças que auxiliam no sustento das famílias. Contudo, há outras atividades econômicas.

Realiza-se um estudo investigativo acerca da participação das mulheres no desenvolver das atividades e na organização deste território. Assim, essa temática traz consigo o seguinte problema: De que modo, as mulheres participam da construção e da consolidação do território camponês no Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena-PB?

A partir da questão central, a pesquisa necessita de uma problemática composta por questões secundárias que são as seguintes: Qual a contribuição das mulheres na organização política e social do assentamento desde sua origem? Essas mulheres estão sendo protagonistas na luta pelos seus direitos, e participando da realidade econômica e produtiva do Assentamento? Em relação à religião e à cultura, pontos fortes do assentamento, qual papel é desempenhado pelas mulheres?

Diante dos aspectos analisados para este trabalho, percebe-se a necessidade de uma análise reflexiva. Através desse estudo, pressupõe-se que é preciso entender se houve a participação das mulheres na conquista da terra e qual é o reconhecimento do papel delas, não apenas como aprendizes ou auxiliares e sim; como forma concreta de trabalho e de direito na construção do território camponês.

O objetivo principal da pesquisa diz respeito a ‘conhecer a formação de gênero e a participação das mulheres na organização do território camponês no Projeto de Assentamento (PA) Padre Cleides, na cidade de Santa Helena-PB’. Os objetivos específicos são:

- Compreender o protagonismo feminino no processo de luta camponesa e de conquistas na origem do Assentamento Padre Cleides;
- Caracterizar a realidade econômica e produtiva no Assentamento Padre Cleides, destacando o papel das mulheres na construção deste território;
- Investigar como ocorre a participação das mulheres assentadas no desenvolvimento cultural, religioso e político do Assentamento.

Assim, a presente pesquisa compreende o território como categoria geográfica de análise, tendo em vista o papel da mulher na luta pelo território camponês. Com isso, o método materialista histórico e dialético, contribui na reflexão da construção desse território,

destacando o processo de lutas, conquistas, conflitos e reprodução da vida. Na Geografia, a escolha dos métodos e metodologias contribui para uma maior clareza nos dados obtidos na pesquisa. Dessa maneira, a mesma se caracteriza numa pesquisa exploratória.

Segundo Gil (2002, p. 41), “Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”.

O presente estudo utilizou-se de distintas abordagens metodológicas de pesquisa qualitativa e quantitativa, que buscou investigar três vertentes teóricas: A reforma agrária brasileira; As lutas sociais no campo, no Nordeste e a construção territorial dos assentamentos; As relações de gênero dentro dos assentamentos e, de forma concreta, no Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena-PB.

Para a efetivação desse trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e referências de livros, artigos, teses, dissertações e textos acadêmicos. Esse material foi fornecido por portais como o Scielo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB - PPGE; entre outros que colaboram com a compreensão do tema proposto e fornece ao pesquisador, uma ampla abordagem teórica que será fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Realizou-se também uma pesquisa documental através da análise de documentos fornecidos pelos assentados, encontrados no próprio local de estudo e em órgãos como a Prefeitura, a Comissão Pastoral da terra - CPT, a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano - CAAASP e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Os documentos investigados são: atas de reuniões; relatórios de estudos e projetos; acervos fotográficos e outros materiais que evidenciam a formação do território e diferenças de gênero, como também relatam as lutas e as conquistas realizadas pelos camponeses do Assentamento. Consideramos esses documentos, pois, segundo Gil (2002, p. 46) “os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”.

A pesquisa de campo teve como finalidade, compreender e analisar o território, o lugar e suas paisagens, e neles identificar a participação das mulheres. Observou-se, o modo de vida e o relacionamento das famílias que vivem no assentamento, e assim o fizemos seguindo os princípios de Lakatos (2010, p.186) segundo a qual a pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta

de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”.

Durante a obtenção de informações foram utilizados procedimentos como fotografias e gravações que relatam e comprovam as falas dos sujeitos da pesquisa. Todos os dados são evidenciados com o consentimento prévio dos sujeitos investigados, por meio dos seguintes termos: Termos de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE) (APÊNDICE A); Termo de Responsabilidade e Compromisso do Pesquisador Responsável (APÊNDICE B); e o Termo de Responsabilidade e Compromisso do Pesquisador Participante (APÊNDICE C).

Para esta pesquisa, utilizaram-se técnicas de entrevistas semiestruturadas para a obtenção de informações (APÊNDICE D). Em seguida, foi feito o tratamento das informações que caracterizaram os mapas, os gráficos e as tabelas, através da planilha eletrônica do Microsoft Office Excel 2010.

Segue-se assim, o pressuposto de que essas ferramentas são muito importantes para o desenvolvimento do saber geográfico e, que elas são portadoras de informações que devem ser analisadas, oferecendo à pesquisa o conhecimento de escala, projeções e estatísticas. As mulheres entrevistadas autorizaram suas falas e o responsável pelo assentamento autorizou a pesquisa, conforme o Termo de Anuência (ANEXO A). Contudo, optou-se por manter a identidade das mesmas em sigilo, nomeando-as como entrevistadas (n=01) e assim por diante; mesmo o projeto sendo aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP).

A população pertinente a essa pesquisa foi formada por um grupo de 18 (dezoito) mulheres com faixa etária acima de 21 anos de idade, que compõem as famílias existentes no Assentamento Padre Cleides, na cidade de Santa Helena-PB. Contudo, a amostra foi constituída por 10 mulheres que se dispuseram a participar voluntariamente da presente pesquisa.

Os Critérios de inclusão obedecem as seguintes regras: as mulheres devem morar no assentamento em estudo; possuírem idade maior que 21 anos e estarem dispostas a participar da pesquisa; tendo em vista o sigilo com a imagem de cada sujeito entrevistado. Os critérios de exclusão irão refletir-se, caso as mulheres não morem no assentamento, não tenham uma idade maior que 21 anos e não estejam dispostas a participar da pesquisa.

Os riscos decorrentes desta pesquisa consistem em possíveis desconfortos em relação ao tempo exigido para responder a entrevista, constrangimento com relação às perguntas e as informações apresentadas no projeto. Assim como, possível quebra de sigilo e estresse, sendo estes caracterizados como “riscos mínimos”.

Os benefícios dessa pesquisa dizem respeito em contribuir para os estudos e trabalhos sobre o papel das mulheres camponesas, principalmente no âmbito geográfico, tendo em vista a insuficiente discussão acerca da temática. Geralmente, as discussões de gênero estão relacionadas à educação, saúde e aos recortes populacionais de maneira pouco aprofundada. A intenção deste trabalho é disponibilizar informações acerca da organização das mulheres camponesas, e contribuir para um fortalecimento destes autores, preenchendo lacunas e subsidiando ações voltadas às mulheres camponesas.

De forma especial, a pesquisa está voltada às mulheres do Assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB, por entender que o papel desempenhado pelas mulheres é muito relevante. É bom destacar que, se devem conhecer os trabalhos, sua forma de vivência e sua participação na vida política no assentamento e na luta pela construção de políticas para as mulheres fazendo com que cada uma fortaleça sua autoestima e sua força.

Nessa perspectiva, esse trabalho foi estruturado em três capítulos, além da introdução e as considerações. Na introdução, apresenta-se o problema; a problematização; a área em que se desenvolve a pesquisa; os objetivos; a caracterização dos sujeitos; o recorte temporal e espacial do estudo; a importância deste trabalho para compreender a relação de gênero e a construção do território camponês; o método; metodologia; procedimentos de pesquisa científica e a estrutura do presente trabalho.

No primeiro capítulo, apresenta-se o referencial teórico em que está fundamentada a pesquisa. Através de referências, de bibliografias, das fontes documentais, da história oral, das visitas ao assentamento e das entrevistas aos seus representantes; elencam-se definições e possíveis considerações aplicadas à pesquisa. Aborda-se a evolução das lutas camponesas e a reforma agrária, no Brasil e, na Paraíba; as relações de gênero na construção do território camponês; mulheres e a formação do Acampamento na Fazenda Saco, Santa Helena-PB, a qual originou o Assentamento Padre Cleides e protagonismo feminino na consolidação desse.

O segundo capítulo, é formado por aspectos voltados para a caracterização econômica e produtiva do Assentamento Padre Cleides, na cidade de Santa Helena-PB. Dessa maneira, são apresentadas as discussões sobre a problematização da pesquisa que se refere às contribuições das mulheres na organização política e social do Assentamento, como também um balanço das características econômicas e produtivas no Assentamento Padre Cleides. Ainda é visto a necessidade de conhecer e elencar o trabalho da mulher camponesa em um Assentamento de Sem Terra com suas lutas e conquistas. Como também, o papel desenvolvido pelas mulheres no Assentamento em estudo.

O terceiro capítulo refere-se à representação das mulheres no Assentamento Padre Cleides, na cidade de Santa Helena-PB e busca elencar a vida cultural e a participação política das mulheres no Assentamento em estudo. Por fim, têm-se as considerações, de maneira que os resultados obtidos foram avaliados e houve sugestões de práticas que possam valorizar o papel da mulher camponesa, dando resposta às questões propostas, bem como cumprir os objetivos elencados.

1 RELAÇÕES DE GÊNERO E PROCESSOS HISTÓRICOS DE CONQUISTA TERRITORIAL

Ao se direcionar a um determinado território é possível observar as múltiplas facetas que o compõe e com isso, considerar os processos sociais e históricos que estão fragmentados. Dessa maneira, percebe-se que a sociedade se insere no território, trazendo consigo suas especificidades e transformando-o a cada momento. Desse modo, Santos (2002) apresenta a construção do território, como sendo o conjunto das mudanças ocorridas no tempo e no espaço, formado pela sociedade. Sendo assim, Santos (2002, p.9) afirma que:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

Com isso, os processos sociais históricos podem ser caracterizados a partir das relações sociais inseridas no território, tendo em vista a dinâmica que as norteiam. Assim como, Fernandes (2008, p. 4) coloca que “outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios. Partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais”.

Deste modo, os processos históricos de conquista territorial que dão origem aos assentamentos rurais, trazem à tona questões que vão além da luta pela terra. Ou seja, abrem um leque de pressupostos inseridos em realidades diversas, vivências e condições específicas relacionadas às lutas camponesas e à condição de assentados. (DOURADO E VARGAS, 2013).

Dessa maneira, ao pensar as relações sociais, pode-se compreender que as mesmas abordam as desigualdades que permeiam o território e o faz alvo de conflitos entre indivíduos com culturas e aspectos distintos. Com isso, na perspectiva de desigualdades sociais, observam-se as condições desfavoráveis e diferenciadas aos bens de consumo, devido à diferença de classes.

Ao levar em consideração os processos sociais articulados pela conquista da terra, organizados em um determinado território e a partir de relações culturais, sociais e políticas; evidenciam-se as relações de gênero. Dessa maneira, os processos sociais abrangem relações

de gênero que se desenvolvem, trazendo consigo suas peculiaridades, de forma que essas relações se estabelecem a partir de diferenças. Com isso, há diferenças entre gêneros, homens e mulheres, cada um com aspectos que os caracterizam e os inserem na sociedade.

Analisar geograficamente o conceito de gênero requer uma visão mais dedicada a processos distintos, que demonstram valores desiguais entre o feminino e o masculino, sendo que essas diferenças produzem superioridade e inferioridade. De acordo com Santana e Benevento (2013), o homem e a mulher têm papéis que são atribuídos culturalmente, sendo que estes mudam com o tempo e estão relacionados com a sociedade de cada época. Mediante o exposto, pode-se dizer que o papel de cada ser é fruto das tradições, dos costumes e das culturas e que podem ser transformados socialmente. Segundo, Matos (1997, p. 97-98):

[...] perfis se constituem social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder. Sendo uma de suas preocupações evitarem as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos, relações de poder, conceitos normativos e relações de parentesco econômicas e políticas.

Ao longo da história, as diferenças biológicas apresentadas no corpo das mulheres e dos homens foram construindo uma hierarquia de gênero e de poder em diferentes relações sociais. Segundo Brasil (2009, p.39), “a ideia de ‘inferioridade’ feminina foi e é socialmente constituída pelos próprios homens e mulheres ao longo da história”, como apresentado a seguir:

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. (BRASIL, 2009, p. 39).

Ao falar de gênero refere-se a uma categoria de análise da realidade social que avalia o sujeito e suas desigualdades. Com isso, Miranda e Schimanski, (2014, p. 68) relatam que:

O interesse por gênero, classe e raça, enquanto categoria de análise demonstra o compromisso de pesquisadoras e pesquisadores com a inclusão da voz dos sujeitos excluídos, assinalando que as desigualdades de poder se estabelecem no mínimo a partir desses três eixos principais: gênero, classe e raça.

Pode-se, observar a importância da relação de gênero nos processos sociais históricos e apresentar discussões acerca do desenvolvimento das lutas camponesas ao longo do tempo. Conforme, Reis (2015, p.13) aponta que:

As relações de gênero são fundamentais em todas as formações sociais que conhecemos e são centrais para o entendimento de questões referentes à: divisão do trabalho, dominação, política, exploração e ideologia, dentre outras.

1.1 Evolução das Lutas Camponesas e Reforma Agrária no Brasil e na Paraíba

Analisar as formas de evolução da luta camponesa no decorrer dos tempos significa investigar as facetas que envolvem o processo para a formação dos assentamentos, desde a luta pela terra, sua distribuição no tempo, os conflitos e as conquistas.

Dessa maneira, ao longo da história observa-se que houve uma desigualdade na distribuição fundiária do país. O Brasil é considerado um país de extensão territorial muito grande. Porém, desde sua “descoberta” e “colonização” pelos Portugueses, a distribuição da terra ocorre de forma desigual. Isso é possível perceber, a partir da retirada da terra dos índios e o momento em que o país foi dividido em longas faixas de terras, as Capitânicas Hereditárias¹, nas quais foram entregues aos donatários para trabalharem em troca de benefícios e impostos. Com isso, vê-se muita terra para poucos donos, surgindo os primeiros conflitos. Segue-se, a escravidão e as grandes Fazendas, os imigrantes, até chegar aos pequenos camponeses e ao Movimento dos Sem Terras. Com isso, Fernandes (1999, p. 15) relata que:

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo.

A concentração de terras, sempre foi um entrave para os camponeses. Porém, a partir da década de 60, o processo econômico e político de modernização tecnológica da

agricultura causou um forte agravamento nesse problema, aprofundando o distanciamento da terra para os mais pobres. No entanto, fortaleceram-se as lutas camponesas e os debates sobre a Reforma Agrária.

A quase totalidade dos movimentos populares rurais atuais no Brasil surgiu como resistência a um processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura. Os problemas vividos pela maioria da população rural, em particular os trabalhadores assalariados, os camponeses e as suas famílias, por trás das variadas formas de sua integração, exploração e marginalização, que aprofundam a desigualdade, não são devidos à “falta” de desenvolvimento, mas, ao contrário, ao “sucesso” do modelo modernizador. Na verdade, a desigualdade e a exclusão no campo existiam desde antes do processo de modernização, mas através deste processo reproduziram-se em escala ampliada. A resistência dos trabalhadores rurais mostrou para a sociedade como um todo o caráter ao mesmo tempo antidemocrático e antiecológico de tal desenvolvimento. (GRZYBOWSKI, 2013, p.346-347).

Contudo, a reforma agrária no Brasil sofre mais um embate. As oligarquias agrárias não concordam com as divisões mais justas de terras e promovem um golpe de Estado, freando as possibilidades de reforma. Neste viés, Sorj (1986, p. 23) relata que:

As mobilizações no período do Governo João Goulart adquiriram características de confronto e polarização crescentes, levando à unificação de grande parte da burguesia em torno do golpe de Estado que se contrapunha ao movimento reformista, cortando, portanto, as perspectivas da transformação da estrutura fundiária a partir de um processo de mobilização popular.

Neste sentido, o distanciamento de uma reforma justa afasta a possibilidade do camponês de ser dono de sua própria terra e tirar dela o seu sustento e de sua família. Esse é o sonho de muitos, continuando a mercê dos grandes latifundiários e dos empresários como mão de obra barata para o país.

No entanto, os desafios continuam e faz-se necessário realizar um breve levantamento das entidades, movimentos e datas relacionadas às lutas pela terra, reforma agrária e resistência camponesa no Brasil entre os anos de 1940 e 1964. De acordo com alguns autores, como Fernandes (1999); Miralha (2006); Targino, Moreira, Menezes (2011); têm-se as seguintes datas:

- 1945 - Nordeste, Ligas Camponesas;
- 1954 - Pernambuco, Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (Liga Camponesa da Galiléia);

- 1958 - Paraíba, Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé (Liga de Sapé) - a maior do Brasil;
- 1954 - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – (ULTAB);
- Final dos anos 1950, Rio Grande do Sul, Movimento dos Agricultores Sem Terra – (MASTER);
- 1960 - Rio Grande do Norte, Serviço de Assistência Rural;
- 1960 - Pernambuco, Serviço de Orientação Rural;
- 1960 - Rio Grande do Sul, Frente Agrária Gaúcha;
- 1960 - Comunidades Eclesiais de Base – (CEB's);
- 1961 - Belo Horizonte, MG - I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas;
- 1962 - Os Sem Terra começaram a Organização de Acampamentos;
- 1962 - Regulamentação dos Sindicatos Rurais;
- 1963 - Estatuto do Trabalhador Rural;
- 1963 - Natal, RN - I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais;
- 1963 - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – (CONTAG).

No ano de 1964, o poder político do Brasil foi tomado pelos Militares, juntamente com a burguesia que era constituída por banqueiros, empresários e latifundiários. Considerava-se, uma época de repressão, que em qualquer manifestação camponesa era motivo para retaliações, perseguições, assassinatos, prisões e experiências traumáticas na luta pela terra. (TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2011).

Segundo, Fernandes (1999, p.30):

O golpe acabou com a democracia e, por conseguinte reprimiu violentamente a luta dos trabalhadores. Os movimentos camponeses foram aniquilados, os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados, exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído. Igualmente significou a impossibilidade dos camponeses ocuparem seu espaço político, para promoverem por seus direitos, participando das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro. O golpe significou um retrocesso para o País. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil.

No entanto, no Período Militar foi instituída a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, que cria o Estatuto da Terra. Nela, é determinada que a terra tem uma função social e que deve ser utilizada para produzir alimentos, mercadorias e para o trabalho, gerando renda. Não obedecendo este padrão, os grandes latifúndios seriam considerados improdutivos e destinados à Reforma Agrária. (SANTOS, 2011).

De acordo com a Lei 4.504/1964 (Planalto, 2017), critérios precisariam ser estabelecidos para avaliação das terras antes de serem consideradas improdutivas. Neste contexto, para avaliar os critérios exigidos pela Lei foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – (INDA) e depois em 1970 foi mudado para Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) surgiram no Brasil na década de 1960 e se espalharam por todo o território. As cidades e o campo tornam-se lugares de apoio às causas sociais e fundamentadas na Teologia da Libertação. Entre elas, vê-se o apoio aos Sem-Terra, na luta por direitos. No ano de 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que vem auxiliar os camponeses a conquistarem espaço na luta pela Reforma Agrária.

A luta pelo direito a um pedaço de terra foi e é reprimida pelas autoridades governamentais, ou seja, pelo Estado associado aos grandes latifundiários, mas, o desejo de uma sobrevivência melhor, fortalece os trabalhadores rurais Sem-Terra. Em 1984, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), tendo por objetivos lutar pela terra, lutar por Reforma Agrária e lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.

Santos (2011) destaca que o MST é fruto da luta pela terra e junto com entidades como a CPT, apoiam os trabalhadores desde o preparo para as ocupações (início do processo de conquista) aos acampamentos e o desenvolvimento dos assentamentos, garantido mais qualidade de vida para os camponeses (as). Conforme, Santos (2011, p.77):

O MST sempre teve como referências estes princípios: lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo tempo e lugar a participação igualitária da mulher.

O Nordeste, como todo o Brasil sempre teve uma grande concentração fundiária, tendo a agricultura como base da economia da região. Dessa maneira, desde a colonização,

fez com que prevalecesse a desigualdade tanto social, como nas distribuições das terras. Para Targino, Moreira e Menezes (2011, p.83):

A década de 1950 marca um período de transição tanto na sociedade brasileira quanto na nordestina e na paraibana. As transformações na organização econômica, social e política terão repercussões significativas nos diferentes níveis federativos. É nesse contexto de mudanças que nasce e se consolida o movimento das ligas camponesas.

A Paraíba foi palco de muitas lutas por terras. Como sua economia principal sempre foi voltada para a agricultura, a concentração das terras sempre ficou com os grandes latifundiários que usaram de vários processos de diminuição do valor do homem camponês. Com isso, o pequeno trabalhador foi vítima de muita escravidão e inferioridade no campo. (MOREIRA e TARGINO, 1997). Somente após a década de 50, estes camponeses se organizaram em movimentos como as ligas camponesas e se juntaram às entidades, como a igreja, para começarem a lutar por seus direitos. De acordo com Duarte (2014, p.30):

Na Paraíba, as organizações dos camponeses/trabalhadores tiveram como influências: a Igreja - a partir das Pastorais, destacamos a Comissão Pastoral da Terra (CPT); os Partidos Políticos - destacamos a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na formação das Ligas Camponesas; e os Sindicatos, Associações e Confederações. Assim, podemos constatar que, ao mesmo tempo que tais entidades são influências, elas são a própria organização política dos trabalhadores. Ou seja, ao mesmo tempo que influenciam, são influenciadas, são formadoras e formadas por e para os camponeses/trabalhadores.

O camponês (as) da Paraíba luta por direitos iguais como todos os outros. Contudo, percebe-se principalmente uma luta constante por ter direito ao pão, para alimentar sua família, que foi sempre vítima de grande sofrimento, castigada pelas secas e sem direito a ter onde morar; onde plantar e sofrendo com os abusos dos grandes proprietários. Segundo Moreira e Targino (1997, p.300):

A luta pela terra na Paraíba traz embutida a luta contra a subordinação da terra à monocultura e à pecuária. Ela representa, ainda, a luta dos que têm fome de alimentos contra os que têm fome de lucro. É neste sentido que se coloca a resistência ao plantio de “culturas de rico” e de “pasto”. Concretamente essa resistência se expressa através de ações do tipo “arranca-capim” ou “arranca-cana” seguida do replantio do feijão, do milho, da roça (mandioca).

O que se pode compreender são diferenças entre os anseios dos camponeses (as) e proprietários de terras. Os proprietários são homens ricos que buscam apenas o lucro em suas ações e os camponeses (as) lutam diariamente pelo seu chão, pelo pedaço de terra e fonte de sobrevivência para a família que sofre com essa desigualdade. Dessa maneira, também é necessário compreender as relações de gênero e a construção do território camponês.

1.2 As Relações de Gênero na Construção do Território Camponês

O território, como categoria geográfica, apresenta uma diversidade de caracterizações, traz as lutas de classes, os conflitos que permeiam determinada área e as relações sociais. Dessa maneira, Fernandes (2008, p.200) afirma que:

As disputas territoriais são, portanto, de significação das relações sociais de controle dos diferentes tipos de territórios pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados.

Observa-se que há relações distintas inseridas no território, caracterizando o aspecto dominante e o aspecto dominador. Contudo, não se pode deixar de identificar as relações de gêneros nesse contexto territorial, tendo em vista a construção do território camponês, que traz consigo essa caracterização de governança.

Dessa maneira, cabe-se compreender as diversas caracterizações que envolvem o campesinato. Conforme enfatiza, Wanderley (2014, p.16):

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

Pode-se observar que existem relações sociais estabelecidas no campesinato, como também perceber as relações de gênero inseridas neste território. Desta forma, é possível compreender que, para a construção do território camponês, se faz necessário uma construção de identidade. O território é constituído de sua própria identidade formada pelos indivíduos que o compõe. Haesbaert (2004, p.107) afirma:

[...] toda relação de poder espacialmente medida é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e seus grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, anunciada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

Portanto, Haesbaert (2004) apresenta o território a partir das relações de poder que se espacializam no mesmo e sua construção, a partir da construção de identidade. Daí, o território camponês se caracteriza pelas lutas por terra e o papel de cada gênero na sua construção.

Ao se deter a fala da entrevistada n° 06, que menciona as condições idênticas entre os indivíduos trabalhadores na construção e permanência do território camponês, vê-se que na relação entre gêneros não há dissociação entre homens e mulheres, tendo em vista que todos contribuem igualmente para o território camponês. Com isso, a entrevistada (n° 06 = 32 anos) relata que:

Eu vejo assim que é igual né? Tem uns que tem uma participação mais ativa e outros tem menos, mas quando é assim um motivo pra todo mundo se reunir por algo, todo mundo luta junto. E são visto como iguais tanto homens como as mulheres tem vez e voz.

Ao compreender as formas de organização sociocultural do território camponês, tendo em vista as relações de gênero, vê-se que camponeses (as) trabalham em comunhão em prol do mesmo objetivo que se trata de garantia de necessidades e condições sociais favoráveis a qualidade de vida. Camacho (2004, p.3) aborda que:

A maneira particular com a qual o camponês se relaciona com a sociedade, a partir da combinação de vários elementos, lhes dá uma condição social que nos permite identificá-lo como um 'modo de vida'. O campesinato é marcado pela flexibilidade de adaptação com a finalidade de reproduzir material e culturalmente, o seu modo de vida. Este modo de vida camponês não é tipicamente capitalista, pois não tem como fundamento principal a acumulação, mas sim a ajuda mútua, característica que marca as comunidades camponesas.

Dessa maneira, homens e mulheres constituem uma comunidade, trabalhando cotidianamente, assim como, buscam sua sobrevivência a partir de seu modo de vida, o camponês, nas terras que os recebem e as quais conquistaram pela luta. A família possui papel importante na organização sociocultural da comunidade camponesa, observando-se que cada ser realiza sua contribuição para a confirmação do território, independente do gênero.

A abordagem de gênero nos estudos geográficos se dá em função da dinâmica da própria vida, especialmente se consideramos o modo de vida camponês. Diante disso, Silva (2003, p.42) aborda o conceito de gênero na geografia como sendo:

[...] dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações. Tais representações são fundadas em uma ordem sócio-espacial específica e, portanto, envolvendo tempo, espaço e escala. Assim, compreende-se que a construção de gênero envolve tanto pressões de contexto, como escolhas individuais.

Sendo assim, os homens dominam moralmente as famílias e as mulheres por vezes, ainda conservam-se restritas ao espaço doméstico, à educação de seus filhos, mas ambos contribuem significativamente na organização do território, embora a mulher por muitas vezes permaneça no contexto de ajuda. Contudo, o papel da mulher é imprescindível, segundo Fukui (2009, p.295) pois,

A mãe é realmente o centro da vida familiar; se, do ponto de vista da autoridade a família é patrifocal do ponto de vista da organização das relações ela é, ao contrário, matrifocal. Está sempre ocupada no trabalho da roça, na indústria doméstica, no conjunto de trabalhos domésticos; além do mais ela se ocupa da educação dos filhos e do cuidado com os velhos e doentes.

Neste contexto as relações de gênero, no assentamento são consideradas de forma dinâmica e que aponta a mulher como um ser que contribui em diversos aspectos efetivando a sua participação em todo o território.

1.3 Mulheres e a Formação do Acampamento na Fazenda Saco, Santa Helena-PB.

Ao se deparar com a sociedade desigual dos dias atuais e resultado de tempos passados, é possível perceber-se que homens e mulheres trazem consigo suas particularidades, no que diz respeito ao seu papel na sociedade. Muitas organizações, por exemplo, trazem uma perspectiva de que os homens devem exercer seu papel de cidadão crítico na sociedade, enquanto as mulheres tratam dos afazeres domésticos e que ambas as atividades estão dissociadas, são atribuições específicas e imultáveis.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, por sua vez, propaga a luta constante e igualitária entre homens, mulheres, idosos e crianças. Ou seja, toda a família traz consigo um anseio pela terra, pelo chão para a plantação, pela sua moradia. Dessa

maneira, não deveria haver diferença de gênero, no que diz respeito aos movimentos sociais em função de apropriação de terras.

Isso faz compreender, a necessidade de desmistificar a ideia de que as mulheres não exercem um papel significativo na sociedade, tendo em vista que, as mesmas agem junto aos homens, diariamente por igualdade social, direitos e deveres iguais entre classes. Melo, Cappellin e Castro (2008, p.85) afirmam:

Nos anos 80, a perspectiva “Mulher e Desenvolvimento” introduziu o enfoque de gênero que reforçava a definição da condição feminina de uma forma mais dinâmica, avaliando a quantidade e a qualidade das mudanças que as mulheres vivenciaram no decorrer das transformações da agricultura nas últimas décadas. A utilização do conceito de gênero envolve também o estudo das implicações das diferenças entre os papéis econômico/social das mulheres e dos homens permitindo a superação da desvalorização atribuída aos trabalhos realizados pelas mulheres. Esta nova perspectiva de gênero está voltada a reconhecer que tipo de especificidade e de colaboração existe entre os papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres. Nesta orientação, o interesse é resgatar o conjunto diversificado dos papéis desempenhados pelas mulheres, considerando-as como agentes/atrizes e não exclusivamente como indivíduos beneficiados no interior homogêneo dos núcleos familiares ou invisíveis no interior da população.

Com isso, há uma perspectiva de incluir as mulheres em movimentos, manifestações, atuações, trabalhos e decisões importantes para a sociedade e determinadas comunidades. Assim como, ao pensar um acampamento, é possível inicialmente acabar com as diferenças existentes no papel entre homens e mulheres, tendo em vista que, os dois gêneros são substancialmente fundamentais para a propagação de um acampamento de trabalhadores Sem-terra.

Em 2004, um grupo de 84 famílias se reuniu no Assentamento Três Irmãos, localizado no município de Triunfo-PB, na busca por terras para a reforma agrária. Isso ocorreu, através de uma equipe de representantes que procuraram a Comissão Pastoral da Terra no Sertão Paraibano (CPT SERTÃO), localizada no município de Cajazeiras-PB. Essas famílias foram apoiadas em seu movimento e seguiu para uma fazenda de nome Estrela, localizada em Brejo das Freiras, município de São João do Rio do Peixe-PB. Nessa área, montaram o primeiro acampamento que leva o nome da fazenda “Estrela” e ali permaneceram por 06 (seis) meses, onde receberam o apoio do INCRA que realizou o cadastro de 54 famílias.

Contudo, o INCRA constatou que a área onde se encontravam não servia para fins de reforma agrária, uma vez que sua extensão era inferior ao padrão exigido. Voltando ao local

de origem no sítio Três Irmão, município de Triunfo, os acampados começaram a busca por uma nova terra cuja luta durou três anos e sete meses. (RECID, 2014).

Um dos grandes problemas enfrentados pelos assentados trata-se da falta de aceitação pelos proprietários das fazendas, que mesmo sendo indenizados pelo Estado na forma legal, sempre recorrem à justiça ou na pior das hipóteses, à “jagunços” para tomada das terras. Dessa maneira, Turatti (1999, p. 54) afirma:

Os proprietários, mesmo que o uso dessa nomenclatura possa ser discutível, requerem um mandato de reintegração de posse à justiça local e a desocupação é efetuada, em alguns casos passivamente, mediante apenas o informe do oficial de justiça, em outros, sob a mira das forças policiais. Mas o maior problema que os acampados enfrentam, na primeira ocupação, caso ela seja efetuada em terras particulares, é a violência dos ataques realizados pelo contingente das chamadas ‘policías privadas’, os tão conhecidos jagunços.

Na perspectiva por uma nova terra, a Fazenda Saco, em Santa Helena-PB, se mostra uma opção, com extensão de 1.030 ha, considerada como um latifúndio improdutivo e propício para fins da Reforma Agrária. Em 25 de dezembro de 2008, o Acampamento Estrela muda-se para o novo território, contando com apenas 25 famílias. RECID (2014). Na Imagem (01) a seguir, se percebe a barraca coletiva no Acampamento Estrela, em 2008.

Imagem 01 - Barraca coletiva no Acampamento Estrela em 2008.



Fonte: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local (Gomes, 2008).

A fase de acampamento é muito importante para os trabalhadores Sem-Terra, pois nesta fase ocorre o processo de aproximação, de cooperação e de sociabilidade entre os moradores das barracas, principalmente quando estas são coletivas, como no caso do Acampamento Estrela. É nesse momento, que os agricultores começam a viver coletivamente, tornando necessária a definição de regras de convivência e de condutas.

Os camponeses e camponesas do Acampamento Estrela construíram suas barracas de forma coletiva, na entrada da Fazenda Saco e, ali permaneceram por um ano e nove meses. Durante esse período, os homens ficaram de forma permanente no local e as mulheres, em sua maioria com crianças, iam apenas aos finais de semanas, quando ocorriam muitas reuniões e encontros com entidades apoiadoras como a CPT e o INCRA; para a definição de estratégias de luta pela terra; para momentos de partilha e também de oração em família. As Imagens (02) e (03) demonstram os momentos de encontros, reuniões e orações.

Imagens 02 e 03 - Crianças na porteira da Fazenda Saco, local das barracas coletivas e momento de oração comunitária.



FONTE: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local (Gomes, 2008/2009).

Ao pensar a participação das mulheres na conquista de um assentamento, é necessária que seja observada, principalmente sua participação na luta pela terra, de maneira que envolva os aspectos políticos e sociais. Com isso, o Quadro (01) mostra a experiência de cada entrevistada no que diz respeito a essa conquista, levando em consideração a vivência no acampamento.

Quadro 01 – Participação das mulheres na conquista da terra, durante a fase de acampamento.

MULHERES ASSENTADAS	PARTICIPAÇÃO NA CONQUISTA DA TERRA
Entrevistada (nº 01 = 54 anos).	“Tive o tempo todo ao lado do meu marido, o tempo todo tive ao lado dele. Junto com ele eu fazia comida, limpava tudo, ajudava ele assim... Ele ia trabalhar e eu ficava fazendo os afazeres debaixo da barraca, pela barraca. Seria responsável por tudo que ficava pra fazer na barraca...”
Entrevistada (nº 02 = 35 anos).	“A gente participava das reuniões, de mês em mês, né Dona Mariana? Era pra falar sobre a conquista da terra”.
Entrevistada (nº 03 = 32 anos).	“Antes quando tava no... no acampamento, sempre meu esposo que ia, ia ficava lá, dormia, passava dias, e eu sempre tava nas reuniões, também tinha um... um grupo de mulher nesse tempo no acampamento também, aí tinha, sempre tinha reunião, tinha oficina que ensinava nós aprender muito a fazer produtos de limpezas, remédios caseiros né? Isso ainda quando era acampamento vivíamos em barracas, várias barracas de lona, aí as mulheres não dormia lá, as mulheres ficava em casa e só ia mais os dias de reuniões, ia pra fazer o... as vezes se quisesse fazer o almoço pra marido, aí de noite ia pra casa, dormir em casa. As reuniões sempre era a CPT que apoiava nós sempre vinha falar sobre a luta né? a terra, se como andava o andamento né? Do processo, aí sempre vinha, tinha uma irmã, se não me engano o nome dele era irmã Francisca nesse tempo, aí ela sempre vinha, tinha oficinas pras mulheres né?”
Entrevistada (nº 04 = 44 anos).	“As vezes a gente, era muito difícil, eu não vinha direto, assim eu ficava ele vinha, e nos ficava em casa eu ia fazer as coisas que ele deixava em casa pra fazer, as coisas dele, eu sempre vinha pra reunião, eu sempre ia”.
Entrevistada (nº 05 = 53 anos).	“Foi através no início da CPT, da CAAASP, das reuniões nas comunidades, meu marido passou bastante tempo no acampamento, e sempre quando tinha reunião a gente vinha participar”.
Entrevistada (nº 06 = 32 anos).	“Bem a minha participação assim, foi em algumas reuniões e eu não participei mais porque meu esposo não tinha transporte pra levar a gente pras reuniões e eu tinha que ficar cuidando de duas crianças, mas enquanto eu tava em casa cuidando dos meninos ele tava na barraca participando de reuniões e acampado lá”.
Entrevistada (nº 07 = 54 anos).	“No início, logo no início quando eu vim pra qui, eu vinha e meu menino ficava mais mãe, aí eu vinha passava a semana aqui e no final de semana voltava pra traz, e sempre em toda reunião eu tava sempre aqui sabe?”.
Entrevistada nº 08 = 53 anos).	“A participação é indo pra reuniões, bastante reuniões, a gente não faltava, sempre ia quando ainda era acampamento”.
Entrevistada (nº 09 = 36 anos).	“A minha primeira participação aqui foi no assentamento, foi no primeiro dia da chegada, no dia da posse”.
Entrevistada (nº 10 = 66 anos).	“Olha eu vim três reuniões porque Vicente tava doente, a minha participação era em casa, eu ficava lutando com o gado, ficava lutando com os filhos, tomava de conta de tudo, eu vim muitas vezes pra fazer oração, rezar, fazer celebração, era fazer oração”.

Fonte: Rolim (2017).

Ao avaliar a participação das mulheres na conquista da terra, há uma perspectiva imediata de compreender a relação de gênero existente no território camponês. Nesse momento, vê-se nas falas de cada entrevistada que sua participação na totalidade foi impedida por diversos motivos como transporte, doenças, afazeres domésticos, entre outros. Contudo há que se registrar que o cuidado da casa, dos filhos são coisas da mulher. A ida da mulher as assembleias nem sempre são necessárias, pois são legítimas na condição de sucessão familiar no campo.

Contudo, as mesmas sempre demonstram o desejo de lutar por aquele ideal ao lado de seus esposos, sem medir as dificuldades ou diferenças de gênero. Mesmo que a participação de cada sujeito seja diferenciada, para as mulheres entrevistadas, todos atuam no assentamento de maneira significativa.

Na fase de acampamento, as tarefas são executadas de forma partilhada, havendo participação das mulheres nos cuidados com a barraca e na segurança da mesma (enquanto os homens estão no cultivo da Terra); nos afazeres domésticos; na educação e cuidado com os filhos; na criação de animais e nas plantações.

1.4. Protagonismo Feminino na Consolidação do Assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB.

O acampamento como território móvel é finalizado com a iniciativa de consolidação de um Assentamento. Dessa maneira, ao tratar acerca de uma caracterização de assentamento, Medeiros (2009, p.209) afirma que o mesmo implica em:

[...] um território alternativo que se configura propondo uma outra forma de organização social do espaço geográfico que deixa de ser abstrato, que passa do sonho a concretude expressa através da conquista da terra, da reconstrução da identidade e da territorialidade. São as novas relações que surgem do novo território.

Com isso, o assentamento é visto como uma realização de um sonho, por diversas vezes desejado em meio há períodos conturbados sem moradia, sem terra, sem condições de sobrevivência e sem alimentação. Assim, Fernandes (1996, p.142) completa, ao dizer que:

O assentamento é uma fração do território conquistado. É um novo recurso na luta pela terra. Esse recurso significa parte das possíveis conquistas de territorialização. [...] Ao se territorializar, ao conquistar frações do território, territorializa-se na luta pela terra.

Sabe-se, que para a consolidação do Assentamento Padre Cleides, situado na cidade de Santa Helena, houve muitas vitórias, mas também houve momentos difíceis na luta pela terra. Ocorreram diversas dificuldades na consolidação do Assentamento. Dentre as dificuldades iniciais nesse período de ocupação, observaram-se falas que mencionavam a presença de um vaqueiro que trazia muitos problemas aos assentados. Esse sujeito era um antigo funcionário na fazenda desapropriada e que passou longo período de tempo morando com os assentados. Com isso, a entrevistada (nº 01 = 54 anos) relata que:

Ele passou um longo tempo morando com a gente, sempre o tempo todo perturbando, o tempo todo com desavença, quereno briga, quereno tirar a gente na marra daqui de dentro. Foi meia difícil mesmo por ele fazia coisa que nem era todo mundo que aguentava não, só aguentava porque quem queria mesmo, quem quis lutar mesmo aguentava, que ele teve tempo aí que ele até ele queria brigar com o pessoal, e eu segurei na rédea pelo menos o meu marido eu segurei, eu digo: home deixe pra lá, que a gente quer trabalho, foi preciso a polícia pra tirar ele daqui, ele queria impedir o andamento do assentamento, ele queria tirar de qualquer jeito, foi sério, foi sério um negócio desse.

Entre as entrevistadas, a Entrevistada (nº 02 = 35 anos), menciona não gostar da ideia de lutar por terra e isso ficou mais claro a partir dessa vivência com o vaqueiro, pois o mesmo lhe causou depressão logo no início da vivência no Assentamento. Dessa maneira, a Entrevistada (nº 06 = 32 anos) completa ao dizer que:

É, o momento mais difícil é que nós enfrentamos foi logo quando chegamos, porque aqui tinha um morador do proprietário né... do ex proprietário dessa fazenda, então ele fazia ameaças, teve noite que ele chegava embriagado de 10 horas da noite e nós passava até 1 hora da manhã sem dormir porque ele estava fazendo baderna, quebrava tudo.

Além das ameaças constantes do vaqueiro que se encontrava nos primeiros momentos na conquista do Assentamento, inicialmente houve dificuldade com as moradias que abrigavam os camponeses (as). Assim, a Entrevistada (nº 03 = 32 anos) relata:

[...] Depois teve um... uma... uma das casas velhas, que nós vinhamos morar em casa velha né?, aí eu fiquei junto com minha sogra num armazém bem grande, nera nem casa, um dia ele caio por cima de min, aí eu quase que morria, eu quase que morro nesse tempo, eu tava gestante da minha prim... da minha segunda.... segundo filho, foi uma dificuldade, eu nem sabia que eu tava gestante, eu tava com um mês de gestação, entro uma filepa de pau de... dos... do caibo no meu ombro, aí eu fui tirar no hospital, o médico disse que faltou um centímetro pra bater na veia do coração.

Dessa maneira, é possível perceber que as moradias eram precárias e as condições de sobrevivência eram muito carentes. Mulheres grávidas viviam a mercê da própria sorte, mas, sempre rezando a Deus que a vida ganhasse sentido no Assentamento. O início foi muito turbulento, principalmente devido à seca prolongada. Com isso, a Entrevistada (nº 10 = 66 anos), traz essa abordagem ao mencionar:

Teve 3 anos de seca, os açudes secou, um secou de tudo e o outro ficou acabando de secar, morreu gado de fome e sede, quem não cuidou, morreu gado de fome e sede, morreu criação, morreu muita coisa, plantas que nós tinha muito, nós plantemos muita bananeira, nós plantemos muita coisa nos dois primeiros anos que nós chegemos aqui. Ai nos plantemos muitas frutas, tinha muitas frutas aí agora nesses três anos de seca, no ano passado morreu os pés de manga, bananeiras quase tudo, que a gente tinha banana com fartura aqui acabou-se por mode a seca, quase tudo e os legumes ficou numa rapinha, ficou da gente ficar sem nada, acabou quase tudo, ficou só o que comer.

Contudo, Moraes (2002) aborda que ao conquistarem a terra, as famílias passam para uma nova fase da vida; de trabalho; transformando o território em um local produtivo e cheio de novas oportunidades; de novas descobertas; com novas práticas em processos diferenciados e em constante dinâmica. Com isso, Imagens (04), (05), (06) e (07); retratam a posse da terra, o planejamento de trabalho e as primeiras plantações do Assentamento Padre Cleides.

Imagem 04 - Posse da Terra

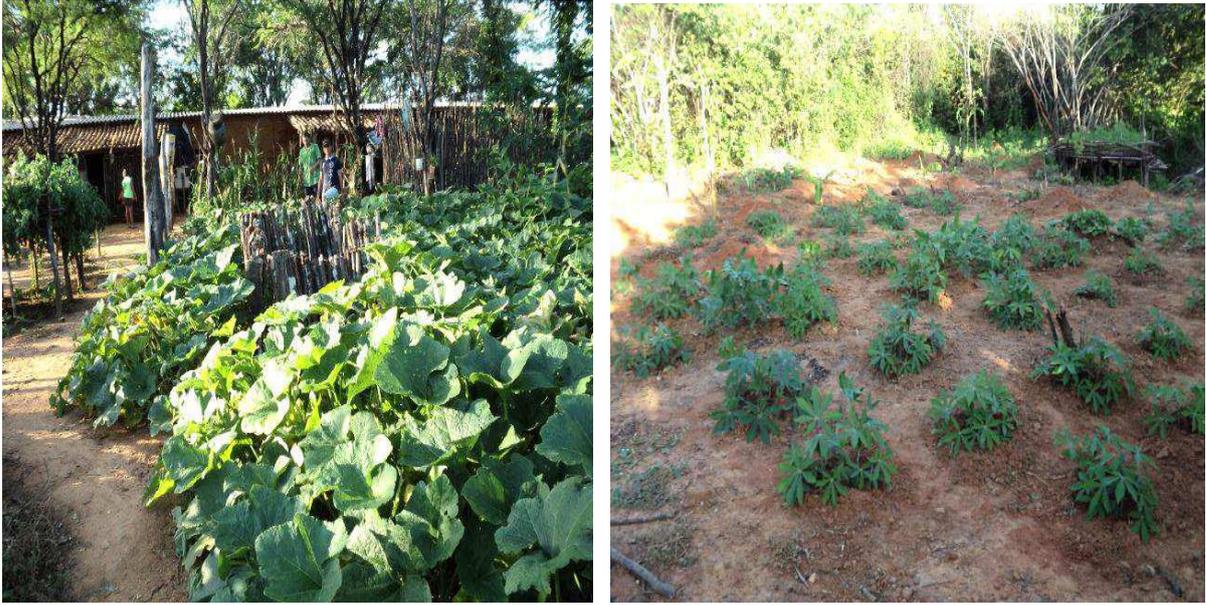


Imagem 05 - Planejamento de Trabalho.



Fonte: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local (Gomes, 2010).

Imagens 06 e 07 - Primeiras plantações Assentamento Padre Cleides.



Fonte: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local (Gomes, 2010).

Essas estratégias conferem a características do modo de vida camponês. Neste viés, Moreira e Targino (1997, p.295) afirmam que:

Para o homem do campo, a terra representa não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas também a garantia de poder permanecer com sua família no seu local de origem, livre da sujeição do cambão ou do trabalho alugado. A terra constitui ainda para o camponês o único bem e a única herança passível de ser deixada para a família. Em outras palavras, a terra confere dignidade ao pequeno produtor.

Muitas vitórias foram relatadas com a consolidação do Assentamento. Contudo, a participação da mulher foi de fundamental importância, pois as terras, as casas e parte dos projetos tem sua documentação no nome da mulher, como forma de valorizar sua participação e garantir a terra para criação da família. Neste viés, a Entrevistada (nº 07 = 54 anos) relata que as:

Conquistas, tivemos muito, logo no início nós tivemos muita coisa boa, veio os alemães pra qui, veio Frei Beda, veio um benefício, primeiramente foi as feira, deu pra comprar as feira, um gadinho, as ferramentas pra gente trabalhar muito bom pra nós, assim e sempre nos continuando nas reunião, depois veio as casas, muito bom pra nós, trabalhei muito em casa do meu irmão, do meu sobrinho e depois a minha. Porque meu menino estudava ... eu tinha que ajudar os meninos que era pra os meninos me ajudar, um fez minha casa, um alevantou outro terminou, mas desde o terraço quando começou os alicesse eu sempre ajudei nas três casa.

As organizações alemãs apoiaram na consolidação do Assentamento, fizeram e fazem visitas para estudarem o local e contribuem com ensinamentos e conhecimentos sobre a terra. O Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS) traz significativas colaborações ao Assentamento Padre Cleides, como também há benefícios de feiras e meios para a aquisição de animais e ferramentas que auxiliem no trabalho cotidiano dos camponeses (as). Com isso, as Imagens (07), (08) e (09) mostram essa perspectiva.

Imagem 08 - Reunião com um grupo de Alemães, intercambio através do Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS)



Fonte: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local (Gomes, 2012).

Imagens 09 e 10 - Grupos de Alemães que fazem intercâmbio através do Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS).



FONTE: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local (Gomes, 2012).

Quando ocorre a conquista da terra, esta vem acompanhada de infraestrutura necessária para os camponeses (as) permanecerem na mesma, a exemplo das moradias, cisternas, projetos de apoio, entre outro. As casas foram feitas com a ajuda de toda a comunidade, de maneira que cada um partilhou desse momento na construção de cada moradia. Moradias essas, que em sua maioria são em nome da camponesa, devidamente registrada. Assim a Imagem (11) apresenta o início dessa conquista.

Imagem 11 – Construção da vila com 16 residências, em mutirão.



Fonte: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local (Gomes, 2010).

Com isso, a Entrevistada (nº 03 = 32 anos) traz essa participação da mulher na consolidação do território camponês ao relatar:

Tem primeiramente as conquistas, é a casa, nós conseguimos as casas pra morar, a casa é no nome da mulher... até o terreno é no nome da mulher, teve a casa primeiramente, depois deste armazém ter caído acelerou o processo das casas, porque causa que foi feito um ofício e enviado pro INCRA, as casas são através do INCRA, ai depois teve o apoio, o apoio inicial que é pra comprar algumas coisas, teve o projeto das vacas, as feiras do projeto do apoio inicial, depois através da CPT que é da ECOFORTE que é o reaproveitamento da água, pra plantar frutas, pode ser horta essas coisas assim.

Dentre os relatos para a consolidação do território, pode-se observar que a agropecuária camponesa praticada nos assentamentos com o apoio da mulher de forma integral, vem trazer desenvolvimento e renda para as famílias assentadas, além de garantir o sustento familiar, como observa Guedes (2006, p. 62) ao abordar que:

A produção agropecuária e a geração de renda, possibilitadas pelo processo de acampamento e assentamento, cumprem um papel fundamental na estabilidade e na melhoria das condições de vida das famílias envolvidas (...) o autoconsumo, garantido pela produção agropecuária, é peça fundamental da reprodução da agricultura familiar. Ligada a ele, está a liberdade de escolha dos rumos da produção e da vida em geral, motivo de grande satisfação e garantia de estabilidade familiar. Como mostram os relatos da história de vida e a contraposição feita pelas famílias entre as realidades anterior e posterior ao acampamento, as mudanças positivas em suas condições de vida são substanciais e inegáveis.

As mulheres participam de todo processo produtivo em um assentamento, desde o plantio das lavouras, aos cultivo, colheita e armazenagem dos grãos, assim como participam no cuidado e alimentação dos animais, no beneficiamento de frutas e na produção de produtos como: queijos; doces; bolos para vendas em feiras agroecológicas.

2 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVA DO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES EM SANTA HELENA-PB

O Assentamento Padre Cleides se caracteriza a partir de uma prática agropecuária de subsistência. O mesmo é formado por camponeses (as) que buscam no território, melhores condições de vida. A maioria das pessoas trabalha com cultivos diversificados e também criam animais, que são em sua maioria, para o consumo da família. Apenas a parte excedente está sendo comercializada numa feira, localizada na cidade de Santa Helena. O trabalho é realizado em conjunto, por homens, mulheres, seus filhos e demais membros da família.

Entretanto, os camponeses do Assentamento Padre Cleides podem ser considerados, como participantes da agricultura familiar. De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que regulamenta e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, tem-se o:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) e; IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”. (PLANALTO, 2006, p.1).

A família é base de sustentação no assentamento rural, pois ela tem o poder de decisão. Ou seja, homens, mulheres e demais membros da família são responsáveis por todas as atividades do lar; tanto na área dos projetos de fortalecimento do semiárido, que visa apresentar formas diversificadas de trabalhos que geram renda, baseados na agricultura familiar; como no fortalecimento da agricultura camponesa.

Neste contexto, Felício (2006, p.15) aponta que:

Trata-se de estudar, discutir e compreender as relações sujeito-espaco analisando as ações dos dois sujeitos: o camponês e o agricultor familiar. As Ciências Humanas não conseguiram delinear ainda, de forma satisfatória, as diferenças entre eles. O problema que se coloca não é só a diferença entre esses dois sujeitos (se é que existe), mas o modo como sua existência, como horizonte pode ser entendido. Em

outras palavras, qual o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista?

Ao tratar-se acerca da economia do Assentamento em estudo, observam-se diversas fontes de renda. Porém, todas são envolvidas com o trabalho da família e com a participação efetiva da mulher. Neste contexto, Mitidiero Junior (2011, p. 15) afirma que:

Procuraram, mais do que quantificar a renda, qualificar as condições de vida dos assentados e sua possibilidade de acesso a serviços e bens. O assentamento, nessa ótica, é concebido como um novo espaço de sociabilidade comunitária e novas situações de inserção econômica, política e social.

Os camponeses (as) do Assentamento Padre Cleides, praticam uma agricultura diversificada, com plantações tradicionais de milho; feijão; fava e alimentos diferenciados como as frutas no “pomar agroecológico”, as hortaliças em pequenas hortas nos quintais ou em espaços coletivos nas margens dos açudes; e as plantas medicinais nas “farmácias vivas”, como podem ser observadas nas Imagens (12), (13), (14), (15), (16) e (17).

Imagens 12 e 13 – Fruteiras: abacaxizeiro e mamoeiro.



Fonte: Rolim (2017).

Imagens 14 e 15 - Hortas em quintais e às margens de açudes.



Fonte: Rolim (2017).

Imagens 16 e 17 - Plantas medicinais: Capim-santo e Agrião.



Fonte: Rolim (2017).

De acordo com a pesquisa desenvolvida, pode-se observar que os camponeses do Assentamento Padre Cleides têm um modo de vida peculiar aos assentamentos rurais, sendo que os mesmos desenvolvem o cultivo de roças ou quintais para o plantio de legumes, frutas e hortaliças de modo tradicional.

Possuem também, áreas de pastagens e plantios de milho e sorgo para ração dos animais. Com isso, observam-se as extensas áreas de reserva natural e que parte das terras é impossibilitada de desmate por tratar-se de áreas protegidas por lei, segundo relatos dos assentados. Além das áreas agricultáveis, utilizam-se outras áreas para a criação de bovinos e caprinos.

Neste contexto, Fantin (1986, p.10-11) relata que:

As vantagens, apontadas em diversificar a unidade produtiva está no fato de a diversificação da estrutura produtiva pode representar um mecanismo alternativo para que o agricultor tenha uma segunda, terceira e /ou quarta opção de fonte de renda. Assim, caso haja diversificação da estrutura produtiva poder representar um mecanismo adversidade climática ou problema no mercado, o agricultor pode permanecer no meio rural produzindo, junto com sua família.

Para tanto, os assentamentos rurais são caracterizados como fontes de economia e produção para seus assentados, assegurando-lhes o sustento de suas famílias, que beneficiadas com apoios do governo e de entidades, passam a gerar frutos próprios. Assim, Bergamasco e Norder (2001, p. 7) afirmam que os assentamentos rurais são “como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

2.1 O Assentamento Padre Cleides na Atualidade

O Assentamento Padre Cleides tem extensão territorial de 1.030ha, dividido entre 16 famílias assentadas. O parcelamento dos lotes foi realizado com o auxílio de entidades e do INCRA. Segundo relatos dos moradores locais, eles têm uma parte de terra junto com as casas, outra parte em terras chamadas por eles de baixio e parte em outros locais do assentamento; além das áreas comunitárias, como os açudes e o pomar agroecológico.

Com isso, foi construída uma agrovila no centro do Assentamento Padre Cleides, onde se localiza as residências e estas estão dispostas em duas filas de casas. Tem-se ainda, a

sede da Associação e a Igreja que está em processo de construção. Na agrovila, se desenvolvem atividades religiosas e sociais, como também projetos diversos. Na Imagem 18, observa-se o final de tarde na agrovila do Assentamento.

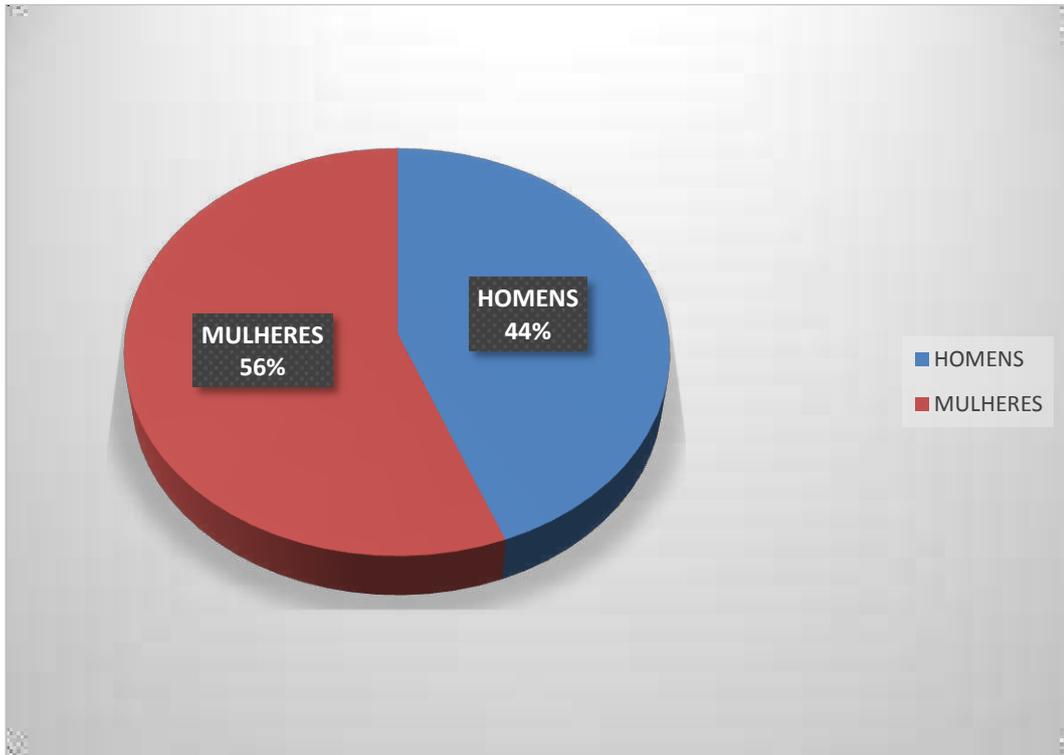
Imagem 18 - Vista local da agrovila no Assentamento Padre Cleides 2017.



Fonte: Rolim (2017).

De acordo com a pesquisa realizada, viu-se que hoje o Assentamento Padre Cleides possui 18 famílias com um total de 68 habitantes, sendo 30 homens e 38 mulheres (GRÁF. 01). Destas, 16 famílias estão na condição de assentados pelo INCRA e duas famílias estão na condição de filhos de assentados. Todos vivem em residências de alvenaria, sendo que as residências dos assentados foram construídas em mutirão pelos mesmos e são compostas de três quartos, duas salas, cozinha e banheiro. Todas as residências possuem áreas externas e eletricidade, com sistemas de abastecimento de água. Contudo, no momento está sem funcionamento devido a um problema de escassez de água no local.

GRÁFICO 01 – Relação de Gênero no Assentamento Padre Cleides.



Fonte: Rolim (2017).

O Assentamento Padre Cleides tem seu provimento de gêneros alimentícios, vestuário, atendimento de saúde e educacional em municípios vizinhas, como Santa Helena-PB e Cajazeiras-PB. Observou-se, que não existe comércio, escolas e postos de saúde no local.

As conquistas do Assentamento vão acontecendo de forma gradativa, mas com dificuldades de estrutura, de funcionalidade e de distâncias. Assim, Bergamasco e Norder (2001, p.10) apontam que:

[...] após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento desses trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas.

Durante o período de pesquisa, foi possível um importante acesso a documentos, entre eles, os que retratam a sistematização da experiência do Assentamento Padre Cleides. (RECID, 2014). Com isso, houve relatos das entrevistadas e conhecimento acerca dos trabalhos desenvolvidos pela Rede de Educação Cidadã (RECID), que desempenhou no período de julho de 2011 a setembro de 2014, atividades pedagógicas mensais com durações de 4 horas.

A partir dessas atividades, viram-se abordagens acerca de temas diversos, relevantes ao processo de manejo e produção na terra. A primeira atividade realizada diz respeito à criação de croquis na comunidade, como mostra as Imagens (19), (20) e (21). Nessas atividades, viram-se os dados de localização geográfica, como limites da propriedade, de cercas, localização das residências, açudes, entre outras informações.

Imagens 19, 20 e 21: Croquis criado pelos camponeses (as) com apoio da RECID.



Fonte: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local (Gomes, 2011).

Outros temas desenvolvidos nas atividades da RECID foram: associativismo, organização interna, convivência com o Semiárido, mutirões, confecção do roçado comunitário, banco comunitário de sementes, manejo da Caatinga, criação de animais, armazenamento e aproveitamento da água, forragem, diversificação da produção, produção familiar e coletiva, modelos de produção, segurança alimentar, entre outros. (RECID, 2014).

Durante as pesquisas documentais, houve um acesso a vários relatórios na sede da CPT, entre eles, os Diagnósticos da comunidade; relatórios de visitas e relatórios de oficinas desenvolvidas pelo Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS); através da CPT Sertão, situada na cidade de Cajazeiras/PB.

Estes relatórios apresentam várias tecnologias desenvolvidas para o agro ecossistema familiar do Semiárido, que irão fortalecer a economia local e das famílias.

Através do diagnóstico da CPT, tornou-se possível elaborar o Quadro (02) com informações sobre as principais conquistas e projetos das entidades de apoio com o ano de realização.

Quadro 02 - Conquistas/projetos, entidades de apoio e ano de realização.

Conquistas/projetos	Entidade de apoio	Ano
Posse da Terra	Intermédio do INCRA.	2010
Crédito Apoio Inicial	INCRA.	2011
Construção das casas	INCRA.	2012
Pomar agroecológico	CPT Sertão/PB, IFBDS e IFPB.	2012
Projeto Brasil sem Miséria	PBF.	2012
Silos de zinco, Banco de sementes comunitário	CPT, ASPA.	2011 / 2012
Apicultura	UFCEG, CPT Sertão/PB e IFBDS.	2012
Eletrificação	Energisa.	2013
Caprinocultura	UFCEG, IFPB, CPT Sertão/PB e IFBDS.	2013
Parcelamento do Assentamento	INCRA.	2014
Construção de um açude	Governo do Estado da Paraíba.	2014
Crédito de Investimento	PRONAF, BNB e ATES.	2014
Construção da Sede da Associação em mutirão	Comunidade.	2014
Biodigestor	CPT Sertão/PB.	2014
Perfuração de dois poços Artesianos	Governo do Estado da Paraíba, comunidade.	2014
Ensilagem	NAESP, IFPB, CPT Sertão/PB e IFBDS.	2014 / 2015
Cisternas de Placa para consumo Humano	CAAASP.	2015
Quintal produtivo	CPT Sertão/PB, Rede Ecoforte e IFBDS.	2015
Abastecimento D'água	Governo do Estado da Paraíba.	2015
Canteiro econômico -	CPT Sertão/PB, Rede Ecoforte.	2016
Bioágua	CPT Sertão/PB, Rede Ecoforte.	2016
Cozinha comunitária	CPT Sertão/PB, IFPB.	2017

Fonte: CPT, adaptado pela autora (2017).

Diante dos indicadores, pode-se elencar que o Assentamento Padre Cleides encontra-se hoje em um processo de desenvolvimento sustentável e considerável, tendo participação ativa de todos os membros da comunidade, com ênfase aos trabalhos das mulheres que vêm apresentando parceria constante na luta pela consolidação do Assentamento.

2.2 Indicadores Econômicos e Desenvolvimento Sócio Territorial

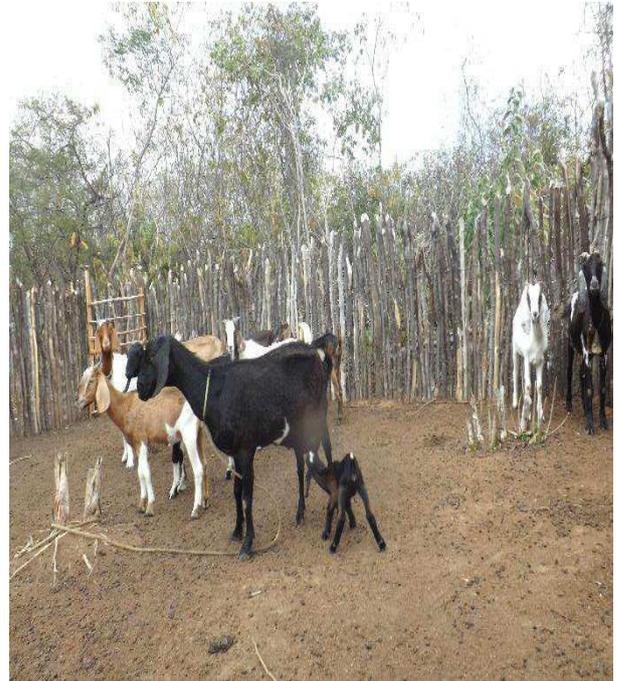
Ao se tratar dos indicadores econômicos no Assentamento Padre Cleides, viu-se inicialmente a partir da pesquisa de campo, que há uma perspectiva de renda por parte dos assentados. Eles plantam e criam animais na intenção de conseguir estratégias de venda desses produtos que são colhidos e dos animais que são conservados com cuidado.

As formas de sustentabilidade se dão a partir da agropecuária, da lavoura, plantações e da criação de gado, de cabras, de galinhas e de porcos. Dessa maneira, os assentados criam os animais e depois comercializam na cidade. As Imagens (22) e (23) evidenciam os tipos de criação de animais.

Imagens 22 e 23 - Criação de galinha e Criação de caprinos.



Fonte: Rolim (2017).



Fonte: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local, (Gomes, 2017).

Além de uma pequena renda gerada com as atividades no assentamento, ainda há a inclusão das famílias em programas de assistência social do governo federal, como o Programa Bolsa Família que gera um acréscimo na renda familiar. Com isso, a Entrevistada (nº 02 = 35 anos) afirmou “eu tenho, pelo menos a renda minha é só do bolsa família, mas meu marido, ele trabalha muito, nós vende as coisa e paga o que tem de pagar e dá tudo certo. Eu ajudo ele de um lado e ele me ajuda do outro, quando eu tou precisando”.

Wanderley (2014, p. 26) destaca a forma de vida campesina, considerando que:

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

Dessa maneira, é possível perceber que as mulheres participam ativamente da construção da renda familiar, ao passo que se unem aos seus esposos para conseguirem sanar as dívidas existentes entre os membros da família. A Entrevistada (nº 07 = 54 anos) afirma que o principal meio para adquirir renda para sua família é a horta, pois a venda de alface, cheiro verde e outras verduras, garante uma renda extra. Dessa forma, a Imagem (24) apresenta a mulher em seu trabalho e fonte alternativa de renda.

Imagens 24, 25 e 26 - Mulheres em ambiente de trabalho.



Fonte: Rolim (2017).

Contudo, há mulheres que fazem queijo e vendem nas feiras da cidade, como afirma a Entrevistada (nº 03 = 32 anos) ao dizer que “É eu faço queijo né? Pra vender, ai eu vendo no final de semana dá pra comprar algumas coisas que eu não tenho aqui, todo domingo eu vendo na feira, eu vendo também os mamões, as frutas ai dá pra ajudar”.

Mas, a Entrevistada (nº 10 = 66 anos) informou que “Eu tenho a minha aposentadoria, eu crio galinha, mas é pra comer, nós criava criação, tomate, ovos, eu faço

queijo, não vendo, é tudo pra consumo. Eu gosto de trabalhar com artesanato quando eu vendo eu ajudo, faço bordados, aí eu ajudo”.

Nesta perspectiva, observa-se que as mulheres têm grandes contribuições nos indicadores econômicos do assentamento, pois participam direta e indiretamente em todas as fontes de renda familiar e colaboram com o sustento da casa.

2.3 As Experiências Produtivas e as Boas Práticas

No que diz respeito às experiências produtivas no Assentamento Padre Cleides, as mulheres trazem consigo a perspectiva de se doar dentro do território camponês para que o mesmo cresça com sua produtividade. Com isso, foi possível observar que as mulheres assentadas trabalham com o gado e as demais criações; nas roças e principalmente nos quintais produtivos para que seus frutos possam ser consumidos e vendidos nas cidades.

Segundo Oliveira (2006, p.40), as mulheres na reforma agrária são multiprofissionais:

As mulheres da reforma agrária têm que aprender a lidar com códigos e procedimentos tão diversos quanto às próprias organizações. Na prática, as mulheres também passam a enfrentar uma dupla jornada de trabalho e uma dupla jornada política, para serem reconhecidas pelas práticas do governo como sujeitos de direito, pelos mercados como agentes produtivos, pela política como sujeitos transformadores e pela família como indivíduos autônomos.

A roça seria mais um dos meios de renda para cada sujeito que vive no assentamento. As mulheres, nesse momento, expressam a necessidade de se sentirem úteis para a sustentabilidade da família, com o desejo incessante de plantar e colher o seu sustento.

O processo produtivo do Assentamento Padre Cleides está voltado, em sua maioria, aos projetos desenvolvidos no local pelos camponeses com o apoio de diversas entidades entre elas o INCRA, RECID e a CPT Sertão/PB, dentre estes projetos pode-se elencar:

- O pomar agroecológico - uma área conjunta, localizada por trás de um dos açudes e destinada à produção de frutas para todas as famílias. O projeto era destinado inicialmente aos jovens, para cuidarem e desenvolverem o gosto pela produção. Porém, hoje é cuidado pelas famílias. No pomar existem variedades de cajueiros, mangas, acerola, goiaba, bananas. É também utilizado como local de lazer, onde os assentados costumam fazer piqueniques e luau, principalmente com as visitas dos Alemães;

- Os quintais produtivos – existem em 07 (sete) das residências dos assentados e faz parte de um projeto de apoio à produção, composto de diversos projetos para execução final. Dentre eles, foi possível observar as plantações de frutas que são irrigadas com o sistema de gotejamento. Entre as plantações, encontrou-se: caju; goiaba; mamão; coqueiros; pinha; cajarana; amora; pitanga; graviola; e outras espécies frutíferas. As Imagens (27) e (28) ilustram os tipos de quintais nos lotes.

Imagens 27 e 28 - Quintais produtivos.



Fonte: Rolim (2017).

- O projeto de Bioágua - É realizado com produtos, por diversas vezes reciclados como pneus velhos, canos e um filtro no próprio solo. Nesse projeto, reutiliza-se água de pias, de chuveiro e de outras fontes que passam por um processo de higienização. Esse processo ocorre primeiro em 2 (duas) caixas de gorduras, depois ocorre um processo de filtração feita no solo como cano e material natural, tornando águas reutilizáveis e próprias para servir de irrigação. As Imagens (29), (30) e (31) ilustram essa tecnologia social.

Imagens 29, 30 e 31 - Projetos Bioágua.



Fonte: Rolim (2017).

- Farmácias vivas - Contém diversas espécies de plantas medicinais denominadas pelos moradores locais como: babosa; malva do reino e courama; hortelã; terramicina; agrião; capim santo, etc. São áreas preparadas por mulheres e cultivadas como forma de substituir medicamentos holopáticos. As Imagens (32) e (33) mostram o projeto da farmácia viva.

Imagens 32 e 33 - Projeto Farmácia Viva.



Fonte: Rolim (2017).

- As hortas - São produzidas em sua maioria, no Canteiro econômico que trata-se de uma tecnologia difundida pela ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro), através do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Consiste em canteiros cavados nos próprios quintais, forrados com lonas para contenção e canos de PVC para distribuição uniforme da água, contendo a infiltração e tendo maior aproveitamento. Os canteiros tornam-se propícios para as hortas nos quintais, que produzem coentro; cebola; alface; várias espécies de pimentas; quiabo; berinjelas; tomates; couve.
- Projeto do Biodigestor - Existe em duas casas e tem a função de produzir gás de cozinha em um processo de utilização de fezes de animais e água, sendo que os resíduos que ficam após o processo de geração do gás podem ser utilizados como adubo. A tecnologia é inovadora e muito interessante, pois os moradores locais participaram de capacitação para a construção do Biodigestor em Campina Grande-PB e recebem visitas de muitos pesquisadores e estudantes para conhecer esse e outros projetos desenvolvidos no assentamento. As Imagens (34), (35) e (36) destacam o projeto do biodigestor no assentamento.

Imagens 34, 35 e 36 - Projeto Biodigestor.



Fonte: Rolim (2017).

Dessa maneira, há criação de gado, galinhas, ovelhas e porcos; muito significativa dentro do território camponês. Essa atividade traz um caráter produtivo benéfico, pois todos

os assentados são privilegiados com essa atividade, de maneira que favorece a alimentação da família, como também serve de subsídio rendável.

Quando se fala na participação ativa das mulheres, a Entrevistada (nº 03 = 32 anos) afirma:

Eu participo, eu sempre ajudo, na parte de aguar as plantas, cuidar das galinhas, eu crio muita galinha... eu fico nessa parte de dar comida aos bichos, aos porcos, as galinhas e aguar as plantas. Eu tiro as frutas, ajudo no tempo da plantação, eu planto mais ele, e com os meninos também, os filhos também ajudam, no tempo de catar os feijão, disbulhar o milho, disbulhar o feijão, de guardar e selecionar as sementes, o milho só de plantar, o feijão só de plantar tudo é selecionado.

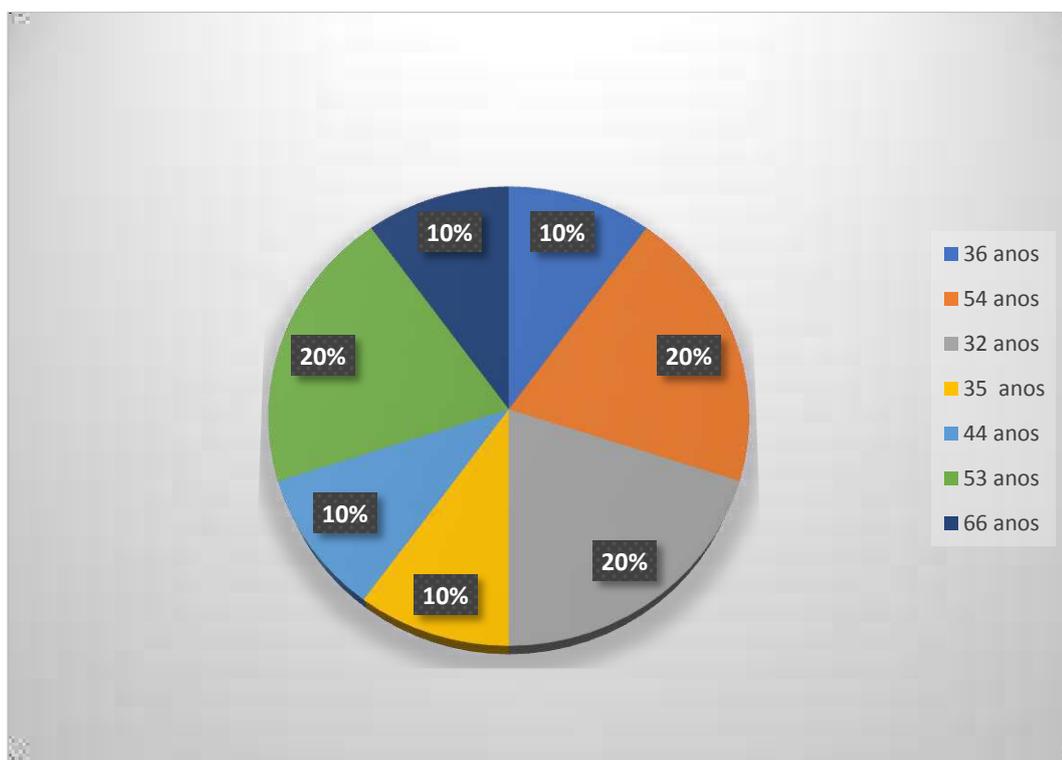
Com isso, percebe-se que a produtividade é significativa, ao passo que a mulher desempenha um papel importante para que, a mesma seja evidenciada no assentamento. Assim como, a participação das mulheres no espaço produtivo, de acordo com as observações, é de fundamental importância, sendo que a produção é em regime familiar e que todos cooperam.

3 A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES, SANTA HELENA – PB

As mulheres assumem um papel importante, no que diz respeito à representação do território camponês, porque trazem consigo o anseio pela luta da terra e consolidação do assentamento. Com isso, todas as 10 (dez) mulheres que foram investigadas estão na faixa etária de idade maior que 21 anos, são informantes experientes e contribuem de modo significativo na pesquisa.

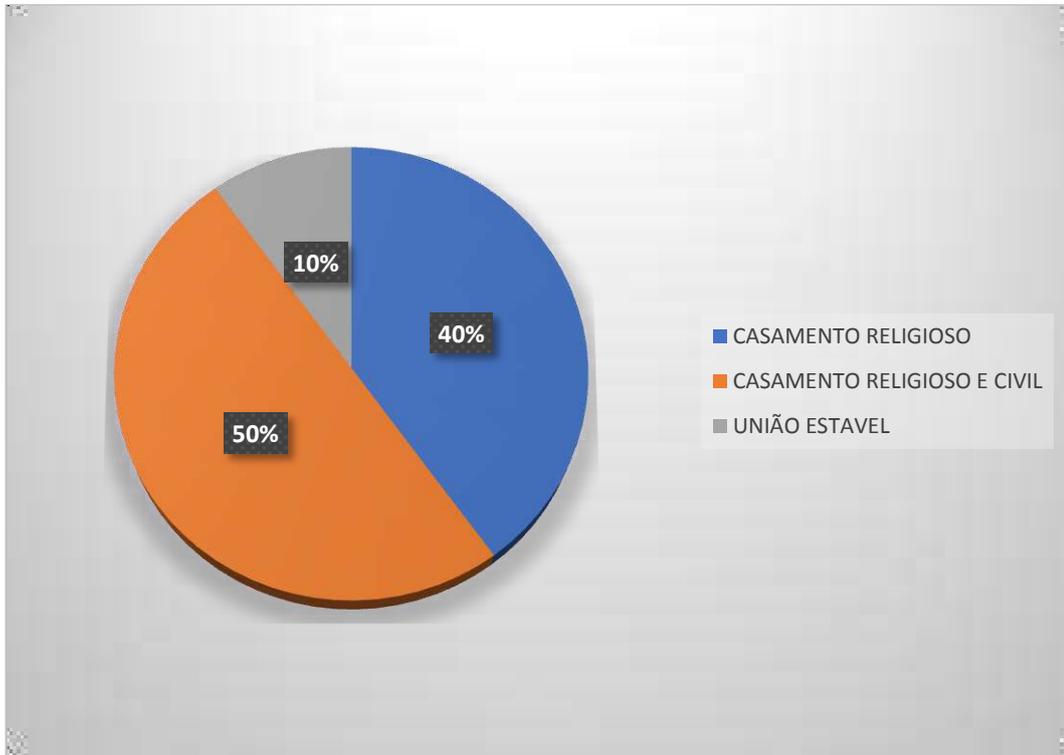
Com isso, diante da investigação na área de estudo, foi possível observar um quantitativo no que se refere à idade de cada mulher entrevistada, como mostra o (GRÁF. 02).

GRÁFICO 02 – Faixa etária das mulheres entrevistadas



Fonte: Rolim (2017).

Assim, é possível perceber há uma disparidade de idade entre as mulheres entrevistadas. Contudo, há distintas entrevistadas com a mesma idade. Outro aspecto importante que não se pode deixar de mencionar é a formação familiar, tendo em vista que a religiosidade é uma caracterização importante do Assentamento. Com isso, o Estado Civil das mulheres se remetem ao casamento religioso, em que cinco entrevistadas informaram estarem casadas, no regime de casamentos Civil e no Religioso, quatro apenas no Civil e, apenas uma mulher menciona ter somente uma União Estável; como apresentado no (GRÁF. 03):

GRÁFICO 03 – Estado civil das mulheres entrevistadas.

Fonte: Rolim (2017).

Sabe-se, que em determinadas realidades de vida, muitas mulheres, principalmente de condições socioeconômicas precárias, casam-se sem ao menos terem encerrado sua jornada de estudos. Isso é algo preocupante a sociedade, tendo em vista as disparidades que se apresentam no mercado de trabalho dos dias atuais.

Contudo, as mulheres de assentamentos trazem no seu íntimo a luta pela terra e há diversos fatores que fazem com que as mesmas desistam de muitos sonhos para adentrar nessa batalha por sobrevivência ao lado de seus companheiros. Assim, entre as 10 entrevistadas, duas mulheres respondem apenas ser alfabetizada, uma mulher diz só ter estudado até o 2º Ano, duas mulheres só estudaram até o 3º Ano, duas mulheres estudaram até o 4º Ano do Ensino Fundamental I, duas mulheres estudaram até o 6º Ano e uma mulher conseguiu estudar até o 7º Ano do Ensino Fundamental II; como apresentado na Tabela 01 a seguir:

Tabela 01 – Grau de escolaridade das mulheres entrevistadas.

Quant.	Série/ano	Grau de escolaridade
02 mulheres	Alfabetizadas	-----
01 mulher	2º ano	Ensino fundamental I
02 mulheres	3º ano	Ensino fundamental I
02 mulheres	4º ano	Ensino fundamental I
02 mulheres	6º ano	Ensino fundamental II
01 mulher	7º ano	Ensino fundamental II

Fonte: Rolim (2017).

Assim, diante de tantas informações que foram coletadas, mediante entrevistas com as mulheres do Assentamento, cabe, inicialmente, descrever o período de tempo em que as mulheres se encontram no assentamento e descrever quais os motivos que as levaram a vivenciar essa experiência de vida.

Quadro 03 – Memórias das mulheres acerca da luta por um lugar para viver e a chegada em um novo modo de vida.

PERMANÊNCIA DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO	CHEGADA EM UM NOVO MODO DE VIDA
Todas as mulheres camponesas dizem viver há seis (06) anos no Assentamento Padre Cleides.	<p>“E é porque eu faço que nem diz o ditado, tou procurando, tava procurando um serviço para trabalhá né? Um lugar pra trabalha, é por isso que eu tou aqui”. (Entrevistada nº 01 = 54 anos).</p> <p>“Há eu gosto, por causa do meu marido que conquistou essas terra e foi o jeito acompanhar ele”. (Entrevistada nº 02 = 35 anos).</p> <p>“Lá onde eu morava num tinha onde trabalhar né? Aí meu marido falou comigo, disse que tinha essa chance né? De entrar nessa terra e trabalhar, aí eu aceitei, e nós vinhemos, e hoje tamos aqui”. (Entrevistada nº 03 = 32 anos).</p> <p>“Porque não tinha onde a gente morar, a gente vivia no que é dos outros a gente não tinha casa, era dos outros”. (Entrevistada nº 04 = 44 anos).</p>

	<p>“A gente vevi aqui por que a gente não tinha onde morar, então meu marido enfrentou barracas, enfrentou a luta pra gente tá onde a gente tá”. (Entrevistada nº 05 = 53 anos).</p> <p>“O motivo de a gente ter vindo pra cá foi em busca de uma vida melhor” (entrevistada nº 06 = 32 anos).</p> <p>“Porque lá a gente trabalhava na roça, e era, fazer que nem diz o dizer que era, a gente vivia de renda, trabalhava mais pro patrão do que pra gente, né, nós não tinha nada.” (Entrevistada nº 07 = 54 anos).</p> <p>“A gente veio pra qui porque lá onde a gente morava as terras não era nossa era do meu sogro”. (Entrevistada nº 08 = 53 anos).</p> <p>“Causou que eu não tinha onde eu ficar, não tinha onde eu morar, que eu morava com minha mãe, que eu não tinha onde morar, que eu não tinha casa”. (Entrevistada nº 09 = 36 anos).</p> <p>“Porquê, a onde eu morava, nós só tinha o quintal pra trabalhar, nós não tinha em que trabalhar”. (Entrevistada nº 10 = 66 anos).</p>
--	---

Fonte: Rolim (2017).

Dessa maneira, o que se pode perceber é uma necessidade de trabalho e melhores condições de vida para cada mulher camponesa. A perspectiva de uma condição financeira próspera traz consigo a intensão de lutar por aquilo que se almeja. De certa forma, também não se pode deixar de considerar o aspecto familiar.

Diante da investigação, foi possível constatar que entre as 10 mulheres, apenas uma entrevistada já havia residido em outro assentamento e nove entrevistadas não trouxeram outras experiências de assentamento, sendo esta a primeira. Com isso, as mesmas viviam em outras áreas, como no Sítio de Cajuí; Sítio Capoeiras; Sítio Três Irmãos no município de Triunfo; no Brejo das Freiras, município de São João do Rio do Peixe (SJRP) e, no município de Bernardino Batista; todos na Paraíba.

Tabela 02 – Experiências anteriores em assentamentos.

Quant.	Sim ou não	Localidade	Município
01 mulher	Sim	Três Irmãos	Triunfo – PB
01 mulher	Não	Três Irmãos	Triunfo – PB
03 mulheres	Não	Capoeiras	Triunfo – PB
02 mulheres	Não	Cajuí	Triunfo – PB
01 mulher	Não	Zona urbana	Triunfo – PB
01 mulher	Não	Brejo das Freiras	SJRP- PB
01 mulher	Não	Zona urbana	Bernardino Batista-PB

Fonte: Rolim (2017).

Contudo, houve diversos motivos que influenciaram a escolha por um assentamento e motivaram as mulheres a participar das lutas camponesas. Foi claro evidenciar entre as entrevistadas, o desejo de recriar seu próprio ambiente de trabalho para a reprodução de vida.

Nesta perceptiva, deve-se fazer uma análise da importância do lugar da mulher no assentamento, levando em consideração as relações de gênero, a participação na produção agropecuária, na economia, nas políticas e na cultura; fazendo com que essas mulheres lutem por igualdades de direitos, tornando-as protagonistas de sua própria história.

3.1 Espaço e Vida Cultural no Assentamento

A vida cultural em uma área de assentamento de reforma agrária por sua vez está diretamente relacionada ao aspecto religioso. Como se observou com a presença contínua da religiosidade na vida dos camponeses (as) no Assentamento Padre Cleides. A cultura do Assentamento Padre Cleides é marcada pelas festividades religiosas, nas quais toda a comunidade se envolve e festeja, externando o conjunto de práticas por eles desenvolvidos conforme descreve Claval (2001, p. 63)

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é, portanto, um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamento. Os contatos

entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que floresceram no seu seio.

Nessa perspectiva, a partir de 10 entrevistas que foram feitas no território em estudo, observou-se que todas as entrevistadas são católicas e se sentem felizes com sua religiosidade. Segundo a Entrevistada (nº 01 = 54 anos), as mesmas trabalham anualmente para as festividades da igreja, pedindo contribuições para a organização das festas.

As famílias camponesas conservam tradições religiosas e costumes herdados por gerações, e isso também é passado de pais para filhos. A fé está sempre presente nos relatos e nas conversas, até nos arquivos de memórias pessoais, exemplo disso são, a bênção da casa nova para dar sorte, as celebrações dominicais e as missas como podem ser observadas nas Imagens (37) e (38).

Imagens 37 e 38 - Bênção da casa nova e celebração eucarística no assentamento.



Fonte: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local (Gomes, 2012).

As mulheres exercem o papel de transmitir os conhecimentos religiosos para as novas gerações, catequizando, rezando terços, e celebrando com a família. Deste modo, Teixeira (1988, p. 133) afirma:

As mulheres nas comunidades realizam um trabalho de base, um trabalho celular, de sustentação do ânimo comunitário, de estabelecer contatos entre as famílias para a promoção local de encontro de conscientização permanente; bem como marcam sua presença nas ações mais amplas de reivindicação, resistência e organização popular. Atuam com dedicado

empenho na catequese, nas celebrações, na preparação dos sacramentos, nos grupos de base, nos clubes de mães, na pastoral operária, etc. Participam igualmente das decisões comunitárias, em certos lugares, nos organismos de planejamento e coordenação pastoral. É verdade que encontram ainda resistência por parte de uma tradição machista que ainda não se abriu devidamente à questão da participação ativa da mulher. Entretanto, o movimento mais forte veio no sentido de sua progressiva valorização. As mulheres vão assim impondo na prática e evidenciando sua condição de sujeitos na vida comunitária e eclesial, como igualmente explicitando que sua libertação não se realiza principalmente e a partir de considerações sobre igualdade de sexos, mas a partir de uma práxis comum de homens e mulheres por uma libertação integral.

Ao se tratar do aspecto cultural, Fukui (2009, p.296) afirma que “não obstante, mãe e filho permanecem muito ligados; vão juntos a festas religiosas, a romarias, a reuniões familiares (casamentos, velórios) e as visitas aos membros da parentela”. Com isso, observa-se que o território camponês apresenta aspectos culturais, crenças e costumes. Por cultura, McDowell (1996, p.161) afirma:

É um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma as ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço.

De acordo com a pesquisa de campo, viu-se que as mulheres participam das missas dominicais sempre que possível; do terço das mulheres rezado às segundas-feiras, de maneira que cada semana reza-se em uma residência diferente; da Catequese e da Pastoral da Família. Com isso, a Entrevistada (nº 10 = 66 anos) ao afirmar sua religião, relata que:

É a católica, no processo cultural eu tenho meu banco de semente, eu guardo meu banco de semente não seca não, nunca, é uma tradição eu sempre guardo pro outros anos. Na questão religiosa desde que eu cheguei aqui eu chamava tudim e nós rezava o terço todos os dias, passou uns três meses aí deixaram, mas na minha casa eu rezo todos os dias, e eu coordeno o terço das mulheres toda segunda-feira em uma residência diferente, eu rezo com as mulheres e com toda família. E nos domingos tem a celebração eu canto todo domingo, eu sou catequista e eu quem preparo as crianças para o batismo, faço a preparação para o batismo.

Ainda no aspecto cultural, há oficinas, que são ministradas por profissionais para fortalecimento das atividades econômicas e culturais. Dessa forma, a Entrevistada (nº 02 = 35 anos) relata ao afirmar “participando das reuniões e das oficinas. Eu participei da oficina de

Joãozinho de Sousa, ele veio ensinar nós fazer doce, salgado, pizza, queijo, ricota. Eu já fiz pro meu esposo vender na feira em Santa Helena... cocada, doce, queijo”.

Com isso, as mulheres trazem essa perspectiva cultural, como forma de manter os costumes, dos trabalhos caseiros e, ainda gerarem renda extra para satisfação das necessidades familiar. Durante o momento de entrevistas e investigação de campo, foi possível perceber que elas tratam muito da cozinha comunitária, de maneira que a cozinha entrará em reforma para que as mesmas produzam polpa de frutas, doces e conservas.

3.2 As mulheres e as Representações Políticas no Assentamento

Os assentamentos rurais são a caracterização de uma luta constante em busca de melhores condições de vida e torna-se um território politicamente ativo, pois necessitam de organização, infraestrutura e outras atividades políticas e sociais de um determinado lugar, sendo palco de conflitos, mas também de decisões produtivas na economia do país. Com isso, Mitidiero Junior (2011, p. 12) afirma que:

Além disso, a realização do assentamento é um evento altamente político que se concretiza. Por isso, pensar na ideia de materialização é pensar na repercussão que o assentamento proporciona. Sua efetivação repercute tanto do ponto de vista material como do ponto de vista social e simbólico. O assentamento é um espaço remodelado, povoado ou repovoado, recortado e dividido. São construídas casas e estradas, realizam-se lavouras e criações, realizam-se também encontros e reuniões que resultam em formação política, ocorrem manifestações, reivindicações, conflitos internos e externos, com isso toda uma dimensão política e cultural brota do projeto de assentamento.

Observou-se em campo, que os homens trabalham na roça juntamente com algumas mulheres. Outras trabalham nos afazeres de casa e no cuidado com os animais, como bovinos, suínos, caprinos, ovinos e avícolas. No entanto, as entrevistadas relatam que todos exercem uma atividade benéfica para o desenvolvimento do Assentamento, de maneira que apenas uma mulher ressalta que a imagem masculina prevalece entre as mulheres.

Segundo a Entrevistada (nº 04 = 44 anos) ao referir-se aos homens afirma que “Tudo igual né, mas os homens, eles querem ser mais que a gente”. Assim, se observa que nos dias atuais, o machismo ainda se encontra bem evidente, pois há uma propagação de méritos para os homens e aí se percebe as diferenças na relação de gênero.

Contudo, a Entrevistada (nº 08 = 53 anos) ressalta que “Se tem os mesmos direitos, sim temos, certeza”. Com isso, há mulheres que são conscientes da necessidade de relacionar

os gêneros de maneira igualitária, mesmo que alguns homens do assentamento não permitam que as mulheres trabalhem em atividades “pesadas” como eles.

Com isso, para que haja uma melhor organização política do assentamento, necessita-se de perspectivas no avanço das lutas por direitos iguais dentro do território camponês. As mulheres assentadas mostram que podem exercer o mesmo papel que os homens, pois as mesmas são lutadoras, persistentes e trabalham diariamente para uma melhor condição de vida familiar e para o assentamento em estudo.

Neste contexto, pode-se relatar segundo Cappellin (1989, p.292), que as mulheres podem definir representações econômicas dentro de uma determinada região com empoderamento, como cita a mesma a seguir:

O trabalho de representação política realizado pelas mulheres, o estilo por elas imprimido, nem sempre consegue se impor como algo distinto do exigido socialmente pelos homens. Mas, em muitos momentos, não se pode negar uma marca ‘feminina’, seja pela atenção prestada aos associados, seja pela sensibilidade frente às demandas das trabalhadoras, seja enfim por realizar um trabalho administrativo não desarticulado do trabalho político. A isto somam-se outras dimensões externas que ao modificar o significado político da entidade, acabam deixando uma marca também entre as dirigentes.

Dessa maneira, as mulheres tiveram e tem uma grande participação na organização política e social do assentamento. As mesmas participam de reuniões que acontecem a cada 15 dias na associação e colaboram socialmente com os projetos da igreja. A entrevistada (nº 02 = 35anos) afirma que há mulheres que assumem cargos de tesoureira e fiscal, assim como os homens.

O assentamento tem suas decisões discutidas através das reuniões da associação comunitária. Todos os assentados são sócios e pagam uma pequena tarifa de manutenção da associação. Nas reuniões são colocadas em pautas, assuntos como o cooperativismo, os trabalhos dos mutirões permanentes, as construções coletivas, as preocupações com a economia local, entre outros assuntos pertinentes ao desenvolvimento político e social do assentamento.

A associação é o órgão político mais forte apresentado no assentamento, já que não se foi constatado representações em entidades como o poder legislativo, ou outra esfera governamental. A Imagem (39) apresenta uma reunião mensal da associação com a participação efetiva de seus membros, inclusive as mulheres.

Imagem 39 - Reunião da associação local.



Fonte: Arquivo Pessoal do Filho de Camponês Local (Gomes, 2014).

Entre as 10 mulheres entrevistadas, todas mencionam participar ativamente das decisões políticas e sociais do Assentamento Padre Cleides. Cada mulher traz consigo sua perspectiva para que o assentamento ganhe forças e siga no mesmo ritmo político e social. Com isso, a Entrevistada (nº 03 = 32 anos) relata:

Então, tem algumas mulheres que é do conselho fiscal da associação, já teve mulheres que foi secretária, na associação tem participação de mulheres, na parte social, assim quando vem gente de fora, tipo grupo dos alemão, que vem de vez enquanto, eles vem, antes vinha o padre Frei Beda, que ele faleceu a pouco tempo, mas em tradição sempre quando eles vem pra Cajazeiras eles vem aqui visitar nós, eles sempre vem passa um dia ou dois, as mulheres ajuda na alimentação, tem que ficar pelo meio e na organização também.

Ainda assim, a Entrevistada (nº 10 = 66 anos) traz uma perspectiva acerca de sua postura como guardiã das sementes, de maneira que ela enfatiza o porquê de receber esse título dentro do território camponês, levando em consideração o aspecto político e social. Com isso, a mesma relata que:

Nós só... a participação aí nossa maior é só na associação, eu sou sócia, eu sou 2ª suplente do presidente, na organização social, nos eventos eu não

gosto de trabalhar na cozinha não, pra fazer as comidas não, que nós recebemos muitas visitas, de passar dias, visita de colégios, visita de outros assentamentos, nós recebe muitas visitas aqui, da Alemanha, todos os anos vem um bucado de gente da Alemanha aqui passa um dia ou dois e, a CPT vem dar oficina, todo mês, eu não gosto de cozinhar não, eu vou pra reuniões, participo vou lá onde eles estão, agora eles vem sempre aqui porque eles chama que eu sou a guardiã da semente o banco de semente da qui é na minha casa, eu guardo todas as sementes.

No que diz respeito às políticas públicas e entidades de cooperação que colaborem com a luta camponesa, viu-se que há entidades que favorecem e ajudam as mulheres no assentamento. Com isso, foi citado a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), o Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS), como também a colaboração significativa do Professor Josias de Castro Galvão e do Professor Francisco Roselândio Botão Nogueira.

Sobre essas entidades que colaboram com a política do assentamento, a Entrevistada (nº 06 = 32 anos) afirma que:

Sim, no início agente recebia o apoio da CAAASP, que é a Central das Associações com equipe de técnico, de assistente social, agora no momento é o Instituto Frei Beda, CPT que é o representado pela CPT, tem o IFPB de Sousa. Eles fizeram acompanhamento aqui sobre silagem, eu até fiz uma entrevista também que nesse tempo a gente tava produzindo queijo, a criação de gado tava boa. É que coma a seca deu uma fracada, a gente tinha bastante leite, eu fazia um quilo de queijo pra vender. Quando a gente comprou os bichos, que a gente recebeu um crédito pra comprar animal, eles deram todo um acompanhamento com vacina e tudo.

O apoio de entidades, movimentos sociais e organizações, são de fundamental importância ao desenvolvimento do assentamento, tanto no apoio material (recursos) como também no apoio ao trabalho e geração de renda, através dos cursos e das oficinas.

3.3 A família Camponesas no Assentamento

O Assentamento Padre Cleides, possui inúmeras relações sociais, pautadas no trabalho de base familiar, uma característica do campesinato, que são voltadas para composição familiar tradicional, em sua maioria formada por pai, mãe e filhos. Os núcleos familiares são compostos, em média, por dois a cinco filhos. Os filhos maiores de idade buscam novas alternativas de rendas e migram para os trabalhos em outros locais, ficando no

Assentamento em sua maioria, apenas os menores de idade. As crianças em idade escolar frequentam a escola na zona urbana de da cidade de Santa Helena, onde um ônibus escolar faz o trajeto todos os dias.

As famílias assumem papéis decisivos na formação do assentamento, pois todas as decisões e a criação dos filhos perpassam pela família. Com isso, Cappellin e Castro, (1997, p. 115) abordam que “Tendo privilegiado a família como espaço de convívio onde se confrontam opiniões e projetos, onde se constrói – no seio desta diversidade – uma específica divisão sexual e geracional do trabalho”.

Ainda nesse contexto, Cappellin e Castro (1997, p. 115) afirmam que:

Quando nos aproximamos da análise do cotidiano dos assentamentos, esta questão se recoloca. As instituições que predispõem o acesso à terra (INCRA, IDESP) o fazem a partir de um modelo de núcleo familiar. Visto que a produção agrícola está aqui organizada pelo trabalho das diferentes pessoas do núcleo doméstico. A família assume assim um papel importante. Esta é vista como organização marcada pela estratificação hierárquica que perpassa as relações de aliança (marido–esposa) e as relações de filiação (pais e filhos).

A família passa a ser responsável pelas atribuições de papéis e posições no Assentamento, como cita Monteiro (2013, p. 98-99) afirmando que:

[...] controem-se por meio dos processos de aprendizagem, na transmissão de saberes entre pais e filhos que se inicia muito cedo. Meninos e meninas são ensinados a desenvolver atividades acompanhando os seus pais em um constante processo educativo por meio do trabalho familiar, que será amadurecido e complexificado na vida adulta. Durante a infância camponesa se aprende a realizar afazeres diferenciados com valores desiguais.

No cotidiano familiar do Assentamento, não foiram relatado problemas envolvendo uso de drogas lícitas ou ilícitas, assim como também não ocorreu relatos de violências domésticas ou entre moradores. O convívio é amigável, voltado para os costumes familiares em que os moradores se reúnem a noite para conversar ou ajudar os vizinhos com atividades como a desbulha do feijão, da fava, do milho. Alguns jogam cartas entre amigos e preparam trabalhos para os dias seguintes.

Observou-se durante a pesquisa, que alguns dos camponeses (as) fazem parte das mesmas famílias. Foi relatada a presença de irmãos, filhos e sobrinhos com famílias constituídas; morando no Assentamento, podendo ser confirmado na fala da Entrevistada (nº 07 = 54 anos) onde afirma que:

[...] dispôs veio as casas. Muito bom pra nós, trabalhei muito em casa do meu irmão, do meu sobrinho e depois a minha. Porque meu menino estudava ... eu tinha que ajudar os meninos que era pra os meninos me ajudar, um fez minha casa, um alevantou outro terminou, mas desde o terraço quando começou os alicerce eu sempre ajudei nas três casa.

Considerando a família como uma instituição política e social e vista como o bem maior do Assentamento, ela passa a ser o agente mediador, em que os valores são apreendidos, desenvolvidos e reproduzidos. A mesma é base contínua das orientações, de maneira que a mulher é sempre a transmissora de sentimentos, de prática e de princípios como a educação e o cuidado com os filhos e o esposo.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa que originou este trabalho teve como propósito, conhecer o papel das mulheres, a relação de gênero no território camponês e a organização das mulheres no Assentamento Padre Cleides, localizado no município de Santa Helena-PB. Através da pesquisa em campo e de informações obtidas mediante metodologias, foi possível constatar e elencar dados que fundamentam nossos questionamentos.

Compreende-se que o assentamento rural deve ser caracterizado como o conjunto de atividades planejadas e organizadas, em que o sujeito aprende a construir e reconstruir a sua identidade. Paralelo a essa conceituação, entende-se que as famílias têm se transformado e que as mulheres passam a assumir papéis diferenciados, antes só assumidos pelos homens. Elas passam a ter autonomia e buscam uma sociedade igualitária entre homens e mulheres.

Observou-se, que na luta pela terra, os trabalhos são coletivos e desempenhados por toda a família, o que comprova a participação efetiva da mulher nessa conquista. Confirma-se, o pressuposto da relevância da mulher camponesa na construção e na consolidação do território camponês.

Deste modo, através dos relatos e documentos, entende-se que, desde o início do Acampamento Estrela e Assentamento Padre Cleides, que as mulheres estiveram presentes na organização política e social, apoiando e lutando junto aos homens em todos os momentos de resistência e de conquista territorial. Deve-se destacar também, a relevância do apoio de entidades como a CPT, CAAASP, UFCG e IFPB-Sousa; que juntos a outros movimentos ligados à luta camponesa, buscam conscientizar a comunidade e buscar minimizar o efeito de superioridade masculina que sempre é imposto, assim como equalizar as relações de gênero no Assentamento.

No campo político, as mulheres assentadas desempenham papéis importantes em associações, mesmo que ainda em pequena proporção, mas com reconhecimento e direito a vez e voz. Na organização social, são muitas vezes responsáveis diretas pela organização de eventos culturais, religiosos ou de formação educacional, exercendo assim, seu protagonismo.

Identificou-se, que as mulheres estão presentes em todo processo produtivo do assentamento, pois elas ajudam a plantar, a manter, a colher e a conservar. Contudo, também desempenham atividades domésticas que auxiliam na renda familiar, fortalecendo desta forma, a economia do lar.

Em relação à religião e à cultura, as mulheres demonstram muita fé e religiosidade, sendo as principais influenciadoras na catequização e, na tradição, nos costumes, na cultura e

na fé. Pode-se compreender que a religião é um dos pontos marcantes do assentamento e que são tradições antigas, como a recitação do terço diário em algumas famílias.

Percebe-se ao final, a relevância da importância e presença da mulher no assentamento, as quais são preocupadas no reconhecimento da busca por direitos iguais, por formação política, sociais, culturais e, até científicas. Ou seja, mulheres investigadas são que desenvolvem habilidades para pesquisar, observar, entender, questionar e analisar de forma lógica o mundo a sua volta e suas realidades sociais. Contudo, consideram que para se desenvolver no seu protagonismo, as mulheres precisam ser apoiadas por políticas públicas de igualdade que favoreçam os trabalhos coletivos e individuais, que não as inferiorizem, tão pouco desfavoreça suas caminhadas para evitar que recuem nas conquistas já realizadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIA, Enéas Rente. **Panorama dos métodos e técnicas em geografia humana: retrospectiva e tendências.** In: 12º encontro de Geógrafos da América Latina, 12.2009, Montevideo: Egal,2009.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Perfil do Município de Santa Helena, PB.** 2013. Disponível em: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_santa-helena_pb.pdf> Acesso em 31 jul. 2017.

BERGAMASCO, Sônia M. e NORDER, Luís A. Cabello. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, Sônia M. e NORDER, Luís A. Cabello. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil** / organizadoras Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar. – Brasília : MDA, 2008. 240 p.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para mulheres.** -- Brasília : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 180 p.

Brasil. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009. 266 p.

Brasil. **II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária: uma análise sobre o estado da Paraíba (1998-2011)**, CODER/DISOC, IPEA, INCRA, PNPD, PROMOB. Rio de Janeiro, 2016.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Margarida Alves, Coletânea sobre estudos rurais e gênero.** NEAD Especial / Ellen F. Woortmann. Renata Menache. Beatriz Heredia (organizadoras). – Brasília : MDA, IICA, 2006. 356 p.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** – Brasília : Ministério do desenvolvimento agrário, 2006. 260 p.

BRUSCHINI, CRISTINA, PINTO, Céli Regina (orgs.). **Tempos e Lugares de Gênero,** São Paulo : FCC, Editora 34, 2001, 325p.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Algumas Considerações acerca do Modo de Vida Camponês.** Disponível em <<https://www.google.com.br/searchalgumasconsideraacadomododevidacamponeschrome..69i57.1410j0j7&sourceid=chrome&ie=utf-site:www.amigosdanatureza.org.br.>> Acesso em 05 de Jan. de 2017.

CAPPELLIN E CASTRO. **Fazer, pensar e decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais. Algumas reflexões a partir de três estudos de casos. Movimentos sociais no campo.** Raízes, Campina Grande, PB, n.15, dez. 1997.

CAPPELLIN, Paola Giuliani. **Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986.** In: **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina.** São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** 2ª Ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Santa Helena, estado da Paraíba/** Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, et al. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DOURADO, Auceia Matos, VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Entre Tradições E Traduções: Identidade Territorial Nos Assentamentos De Reforma Agrários.** Anais do 3º Seminário Regional Norte e Nordeste de Pós-Graduação em Geografia. 13 a 15 de junho 2012. – João Pessoa: UFPB, 2013.

DUARTE, Emmy Lyra. **Movimento de mulheres trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero** - Dissertação de Mestrado submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) para a obtenção do título de Mestre em Geografia. 2014

FANTIN, E. **Diversificação: um segredo da pequena unidade produtiva.** Revista Brasileira de Extensão Rural. V. 8, n. 1, p. 10-11. 1986. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

FELÍCIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999).** Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação, espacialização e territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Anais do 6º Encontro de Geógrafos de América Latina. Universidade de Buenos Aires, 1997

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia do território.** In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FORTUNATO, Maria Lucinete et al. **Relações de Gênero em Assentamentos Rurais - Vivências e Convivências Cotidianas de Homens e Mulheres.** Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

FUKUI, Lia de Freitas Garcia. **A “Riqueza do Pobre”. Relações entre Pais e Filhos entre Sitiantes Tradicionais Brasileiros.** In: NEVES, Delma Pessanha. (Org.) **Processos de**

constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas:** In STEDILE, João Pedro (Org.), **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990.** 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

Guedes, F.V.N.L. **Condições, modo de vida e renda no assentamento liberdade, Periquito – MG** In: **fundamentação para a epidemiologia social** [dissertação]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Des-caminhos e perspectiva do território.** In; RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério & SAQUET, Marcos Aurélio. **Territórios e desenvolvimento: Diferentes abordagens.** Francisco Beltrão, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. **“Estudos de gênero no Brasil”**, in: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

IBGE CIDADES, 2017. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251330&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em 31 Jul. 2017.

JUNIOR, Benizário Corrêa de Souza, VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Território, Identidade E Territorialidades em Assentamentos Rurais.** Anais do 3º Seminário Regional Norte e Nordeste de Pós-Graduação em Geografia. 13 a 15 de Junho 2012. – João Pessoa: UFPB, 2013.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa.** 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral.** São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Jose de S. – **Os Camponeses e a política no Brasil,** São Paulo : Vozes, 1981.

MATOS, M. I. **Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades.** In: SAMARA, E. M; SOIHET, R.; MATOS, M. I. (Org.) **Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea.** São Paulo: EDUC, 1997. p.83-114.

McDOWELL, Linda. **A transformação da geografia cultural.** In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G. (Orgs.). **Geografia humana – sociedade, espaço e ciência social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MEDEIROS, Leonildo Servolo de; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MELO, Hildete Pereira de, CAPPELLIN, Paola, CASTRO, Elisa Guaraná de. **Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens O Caso do Pontal de Paranapanema**. In: LOPES, A.L, ZARZAR, A.B (Orgs.) **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no** – Brasília : MDA, 2008. 240 p.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 9, n. 8 pp. 151-172 Jan./Jun. 2006.

MIRANDA, TL., SCHIMANSKI, E. **Relações de gênero: algumas considerações conceituais**. In: FERREIRA, AJ., org. **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 66-91. ISBN 978-85-7798-210-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 01/07/2017.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais**. AGRÁRIA, São Paulo, No. 14, pp. 4-22, 2011.

MONTEIRO, K. dos S. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Território e história do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA NETO, Mariana. **“Andando pra riba e pra baixo” lembranças femininas: das barracas ao assentamento de Acauã**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, 2001.

MOREIRA, E; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: EdUFPB, 1997. 332p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de – **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo : Contexto, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, **O campo brasileiro no final dos anos 1980. A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Cláudia Nascimento; SILVA, Viviane Nery da; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **A Participação da mulher no processo da produção da farinha no Assentamento Rural Joana D’arc III em Rondônia**. Anais do 3º Seminário Regional Norte e Nordeste de Pós-Graduação em Geografia. 13 a 15 de Junho 2012. – João Pessoa: UFPB, 2013.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Sousa. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento de Reforma Agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. 2006. 134 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) -Instituto de

Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais** – Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2006. 132 f

Planalto. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**, <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 25 de Ago. de 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Uma categoria rural esquecida (1963)**. In: WELCH, Edgard Malagodi.; CAVALCANTI, Josefa.; WANDERLEY, Maria de Nazareth (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RECID, **Sistematização da experiência do Assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB**, CPT Sertão, 2014.

REIS, Maíra Lopes. **Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço**. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 38, 2015.

RUA, M. G. & ABRAMOVAY, M. (2000). **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO.

SANTA HELENA PB. 2017. **Prefeitura de Santa Helena**. Disponível em: <<http://santahelena.pb.gov.br/historia/>> Acesso em: 31 Jul. 2017.

SANTANA, Vagner Caminhas, BENEVENTO, Claudia Toffano. **O conceito de gênero e suas representações sociais - El concepto de género y sus representaciones sociales**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 176, Enero de 2013. <http://www.efdeportes.com/>-> Acesso em: 01 Jul. de 2017.

SANTOS, Júlio César Borges dos. **O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et alii. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo, Expressão popular, 2009.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades: Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na do uso do conceito de gênero na análise geográfica.** Revista de História Regional 8(1): 31-45, Versão 2003

SORJ, Bernardo. **Estado e classes na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes, **Notas Sobre Epistemologia Da Geografia - Cadernos Geográficos.** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. - n.1 Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

TARGINO, Ivan, MOREIRA, Emília. MENEZES, Marilda. **As ligas camponesas na paraíba um relato a partir da memória dos seus protagonistas.** Ruris, Volume 5, número, 2011.

TEIXEIRA, Faustino. **A gênese das CEBs.** São Paulo: Paulinas, 1988.

TURATTI, M. C. M. (1999). **Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo.** São Paulo: USP. Dissertação de mestrado, mimeo.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência.** Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.25-44. ISSN 0103-2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>.

APÊNDICES



APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre a “Relação de Gênero e Construção do Território Camponês: A Organização das Mulheres no Assentamento Padre Cleides - Santa Helena/PB”, utilizando-se da categoria geográfica Território e está sendo desenvolvida pela Pesquisadora participante do Trabalho de Conclusão de Curso, a aluna Wirnaide Maria Rolim Espego, estudante do Curso de Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação do Professor Doutor Josias de Castro Galvão.

O objetivo central do projeto de pesquisa é conhecer a formação de gênero e a participação das mulheres na organização do território camponês no Projeto de Assentamento (PA) Padre Cleides, Santa Helena-PB, sendo então desenvolvido no período de 06/2016 a 12/2017.

A pesquisa se concretizará numa caracterização de pesquisa ação, exploratória, bibliográfica, documental, descritiva com abordagem quantitativa. A técnica que será utilizada para coleta de dados, trata-se de uma entrevista semiestruturada com o uso de um gravador e fotografias. As fontes secundárias serão marcadas pelo uso de documentos pertencentes ao assentamento e em órgãos governamentais e não governamentais. Os riscos decorrentes desta pesquisa consistem em possíveis desconfortos em relação ao tempo exigido para responder a entrevista, constrangimento com relação as perguntas e as informações apresentados no projeto, possível quebra de sigilo e estresse, sendo estes caracterizados como “riscos mínimos”.

As informações constantes na pesquisa são de autoria dos entrevistados e, portanto, ficam em sua responsabilidade e desejo de autorizar a publicação das informações obtidas. Diante da importância das informações obtidas durante a pesquisa para os nossos estudos de

Trabalho de Conclusão de Curso, solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Geografia e Educação, publicar em revistas científicas, livros e no trabalho final de conclusão de curso. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo caso assim você prefira (favor explicitar).

Este documento contém duas laudas (páginas) que devem ser igualmente rubricadas pela pesquisadora responsável e pelos sujeitos entrevistados durante a pesquisa.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Contato com o Pesquisador(a) Responsável: **(83) 993627465**

Contato com o Pesquisador(a) Secundário: **(83) 99645 2067**

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o(a) pesquisador(a) Josias de Castro Galvão. Endereço (Setor de Trabalho): UFCG - Rua Sergio Moreira de Figueiredo S/N – Casas Populares – Cajazeiras - PB e/ou Wirnaide Maria Rolim Espejo. Endereço (Setor de Trabalho): Rua Hilton Muniz de Brito, nº 211, Centro, Triunfo-PB.

Atenciosamente,

Assinatura da Pesquisador Responsável



APÊNDICE B – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, **Josias de Castro Galvão**, docente da Universidade Federal de Campina Grande, responsabilizo-me pela orientação da discente do curso de Graduação em Geografia, Wirnaide Maria Rolim Espejo, cujo projeto de pesquisa intitula-se **“RELAÇÃO DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS: A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES - SANTA HELENA/PB”**.

Comprometo-me em assegurar que sejam seguidos os preceitos éticos previstos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e demais documentos complementares.

Responsabilizo-me também pelo zelo com o projeto de pesquisa no sentido de manutenção da privacidade e sigilo das informações, resguardo da segurança e bem estar dos participantes nela recrutados, pelos resultados obtidos e posterior divulgação no meio acadêmico e científico, pela comunicação ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande (CEP-UFCG) sobre qualquer alteração no projeto e/ou ocorrência de eventos adversos que impliquem no cancelamento da pesquisa, bem, como pelo arquivamento durante 05 (cinco) anos, após o término da pesquisa, de uma das vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado por cada participante recrutado durante a execução da mesma.

Cajazeiras–PB, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador Responsável



APÊNDICE C - TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO DO PESQUISADOR PARTICIPANTE

Eu, **Wirnaide Maria Rolim Espago**, discente do curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, responsabilizo-me, junto com meu orientador, o docente **Josias de Castro Galvão**, desenvolver o projeto de pesquisa intitulado **“RELAÇÃO DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS: A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES - SANTA HELENA/PB”**.

Declaro estar ciente e comprometo-me em assegurar que sejam cumpridos os preceitos éticos previstos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e demais documentos complementares.

Responsabilizo-me também pelo zelo com o meu projeto de pesquisa, pelo fiel cumprimento das orientações sugeridas pela minha orientadora nas atividades de pesquisa e, junto com ele, pelos resultados da pesquisa para sua posterior divulgação no meio acadêmico e científico.

Cajazeiras – PB, ____ de _____ de _____.

Assinatura da Pesquisadora Participante



**APÊNDICE D - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ENTREVISTA COM
MULHERES ASSENTADAS NO PAs PADRE CLEIDES ACIMA DE
21 ANOS (SEMIESTRUTURADA)**

ENTREVISTADO n° _____

I - DADOS PESSOAIS:

Estado Civil: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

II ORIGEM DAS LUTAS E CARACTERIZAÇÃO SOCIO POLÍTICA E CULTURAL

- 1 - Há quanto tempo você vive no Assentamento Padre Cleides? Por que?
- 2 - Você já havia vivido em outro assentamento? Quanto tempo?
- 3 - O que causou a escolha por um assentamento e levou você a participar desta luta?
- 4 - Qual a sua participação na conquista desta terra?
- 5 - Como você ver a relação de gênero no território camponês?
- 6 - Relate momentos difíceis na luta pelo assentamento:
- 7 - Existem momentos de vitória na luta feminina no assentamento? Comente:
- 8 - Qual a participação da mulher na organização política e social do assentamento?
- 9 - No aspecto econômico, qual a sua participação na renda familiar?
- 10 - Como você participa no processo produtivo da comunidade?
- 11 - Qual sua religião e como é a participação da mulher no processo cultural e religioso do Assentamento?

III POLÍTICAS PÚBLICAS E ENTIDADES DE COOPERAÇÃO COM A LUTA CAMPONESA

12 - Existem entidades que oferecem ajuda para as mulheres no assentamento? Quais?

13 - Como essas entidades fortalecem o protagonismo da mulher camponesa?

14 - Como você participa desses projetos sócios culturais?

15 - Quais as perspectivas de avanços na luta por direitos iguais?

OBRIGADO POR SUA ATENÇÃO E COLABORAÇÃO!

Data: ____/____/____

Anexos

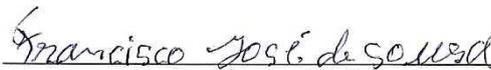
ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA

**ASSENTAMENTO PADRE DOMINGOS CLEIDES
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES PADRE DOMINGOS CLEIDES
CNPJ: 13.556.442/0001-60 – SANTA HELENA-PB**

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Fancisco José de Sousa, Presidente da Associação Comunitária dos Agricultores Padre Domingos Cleides e responsável Pelo PAs Padre Domingos Cleides, Santa Helena – PB, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada: **“RELAÇÃO DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS: A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES - SANTA HELENA/PB”**, neste assentamento, que será realizada no período de 01 / 08 / 2017 a 01 / 11 / 2017, tendo como pesquisador(a) coordenador(a) o(a) Prof(a). Dr(a) **Josias de Castro Galvão**, docente da Universidade Federal de Campina Grande, e orientando(a) **Wirnaide Maria Rolim Espejo**, discente do curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande.

Santa Helena, 26 de julho de 2017


Francisco José de Sousa

Responsável Assentamento Padre Domingos Cleides
Associação dos Agricultores Padre Domingos Cleides
CNPJ: 13.556.442/0001-60 – Santa Helena-PB